



DIRECIONAL ENGENHARIA S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizada

CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 - NIRE: 313.000.258-37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Ao longo dos últimos dois anos, a condição imposta pela pandemia revelou uma nova realidade nas mais variadas esferas de nossas vidas, seja no jeito de agir e pensar os nossos negócios, seja no modo como enxergamos e avaliamos o que é realmente essencial para nós e também para os nossos *stakeholders*. Testemunhamos mudanças importantes no *status quo* até então vigente, com impactos relevantes nos hábitos na economia, em nossas operações e nas dos demais agentes que atuam em nosso setor. A despeito de todas as dificuldades inerentes a esse tipo de cenário, conseguimos atravessar esse período turbulento de maneira sólida e eficiente, pautada em muito trabalho, criatividade e comprometimento dos nossos times. **Dessa maneira, conseguimos transformar um ano extremamente desafiador no melhor ano de nossa história.** Nessa linha, em 2021, os lançamentos do Grupo Direcional totalizaram R\$ 3,1 bilhões em VGV, um recorde absoluto em nossa história, representando um crescimento de 78% em relação ao volume de 2020. Vale destacar a grandiosa contribuição da Riva para esse marco: nosso braço de média renda, que possui pouco mais de dois anos de existência, foi responsável por pouco mais de 40% dos lançamentos do ano, alcançando R\$ 1,3 bilhão. O sucesso obtido em termos de lançamentos também foi observado em termos de vendas. Mais uma vez, alcançamos valores nunca antes atingidos nessa métrica, quando analisamos o segmento de incorporação imobiliária – foi o 6º recorde nos últimos 7 trimestres. Encerramos o exercício de 2021 com um total de R\$ 2,4 bilhões em VGV líquido contratado, um crescimento de 45% em comparação a 2020. Também aqui os nossos produtos encaixados no segmento médio desempenharam um papel relevante, atingindo R\$ 776 milhões no ano, um incremento de 178% no período. A busca contínua por melhoria e superação – algo que não cansamos de repetir – é traduzida nos números que apresentamos a seguir, a começar pela clara elevação de patamar da nossa entrega operacional, sobre a qual já temos consistentemente falado em nossas últimas cartas. Outros números importantes de 2021 foram: (i) **Margem Bruta Ajustada¹** de 36,7%, a despeito da pressão inflacionária que vem impactando o mercado em geral durante o ano; (ii) **EBITDA Ajustado¹** de R\$ 378 milhões, um recorde absoluto na história da Companhia; (iii) **Lucro Líquido Ajustado²** atingindo R\$ 166 milhões, representando um crescimento de 47% sobre 2020; e (iv) **Margem Líquida Ajustada³** de 9,3%, alta de 1,8 p.p. na comparação com o ano anterior.

No acumulado do ano, a Direcional apresentou R\$ 1,9 bilhão em termos de Receita Bruta, o maior valor já registrado pela Companhia. O segmento de venda de imóveis confirmou a manutenção de sua relevância no *mix*, enquanto a receita com prestação de serviços permaneceu nos mesmos níveis observados no ano anterior. A Receita Líquida do ano totalizou R\$ 1,8 bilhão, representando um crescimento de 18% sobre 2020. Devido aos recortes de vendas que registramos nos últimos trimestres, e considerando também as expectativas em relação à evolução do volume de construção dessas unidades, vislumbramos um cenário favorável para atingirmos novos crescimentos nessa linha. A inflação observada no decorrer do ano, lançou sérias dúvidas a respeito de como as empresas do setor de construção civil reagiriam no que se refere à rentabilidade de seus projetos, uma vez que a deterioração do ambiente macroeconômico tendeu a impactar as margens de maneira significativa. O monitoramento permanente das variáveis impostas pelo cenário macroeconômico, associado à assertividade da estratégia de precificação que adotamos desde o final de 2020, vem nos permitindo manter a já característica solidez de nossa Margem Bruta, destaque constante entre os pares do setor. Nesse sentido, gostaríamos de destacar também o papel fundamental do nosso processo de acompanhamento dos orçamentos dos projetos, buscando manter o rigoroso controle dos custos previstos. Contando com a realização de reuniões mensais para monitorar o andamento do *budget*, identificamos e ajustamos, quando necessário, os orçamentos das obras tempestivamente. Além disso, desde a fase de análise de viabilidade de cada produto, nossos orçamentos incorporam uma previsão esperada para a inflação, de modo a tentar minimizar impactos decorrentes de alterações na dinâmica macroeconômica. Creditamos a essas estratégias boa parte da consistência observada em nossa Margem Bruta, que tem nos acompanhado ao longo dos últimos anos. Diante disso, o Lucro Bruto Ajustado⁴ de 2021 foi de R\$ 651 milhões, mais um recorde alcançado pela Direcional, corroborando novamente nossa busca contínua pela eficiência operacional. Outro fator que mantivemos em permanente atenção foi a possibilidade de diluição em nossas linhas de despesas gerais, administrativas e comerciais. (i) Despesas Gerais e Administrativas sendo diluídas em relação à Receita Bruta (6,9% no ano de 2021); (ii) Despesas Comerciais passando a representar 7,8% em relação às Vendas Líquidas em 2021. Se o ano marcou uma série de recortes para a Direcional, não foi diferente no que diz respeito ao EBITDA. Considerando o ajuste por juros capitalizados de financiamento à produção, que compõem a linha de custos, o EBITDA Ajustado¹ atingiu R\$ 378 milhões, crescendo 38% na comparação com 2020, e representando uma Margem EBITDA Ajustada¹ de 21,3%, um ganho de 3,1 p.p. no período. Com isso, a Companhia registrou seus maiores valores nessa linha. O Lucro Líquido do ano foi de R\$ 160 milhões, um crescimento de 41% em confronto com 2020. Assim, a Margem Líquida do período foi de 9,0%, um incremento de 1,5 p.p. na comparação anual. Com o objetivo de analisar como seria o resultado recorrente da Companhia, avaliamos também o Lucro Líquido Ajustado², considerando as despesas não recorrentes que ocorreram em função da operação de cessão de parte de nossa carteira de recebíveis. Nesse contexto, o Lucro Líquido Ajustado atingiu R\$ 166 milhões em 2021, alta de 47% sobre 2020, com Margem Líquida Ajustada² de 9,3%, o que representaria um incremento de 1,8 p.p. sobre 2020. Encerramos o exercício com um saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 1,0 bilhão, mantendo o nosso característico perfil responsável e conservador em relação à nossa estrutura de capital. Além disso, alongamos o prazo médio ponderado de vencimento do nosso endividamento para 39 meses, com aproximadamente 90% do saldo devedor sendo de longo prazo. Dessa maneira, o caixa da Companhia encontra-se em nível mais que suficiente para cobrir os próximos 4 anos do endividamento bruto total, com um índice de **alavancagem de 13,4% (medido pela dívida líquida ajustada³/patrimônio líquido)**. Conforme comentado acima, destacamos também mais uma bem sucedida operação de venda de parte de nossa carteira de recebíveis, ocorrida em dezembro, a qual gerou aproximadamente R\$ 90 milhões para o caixa, e consolidou a recorrência desse tipo de operação que visa a otimização do balanço, o aumento do giro dos ativos da Companhia e o olhar sempre voltado para o retorno de capital para o acionista. Gostaríamos de evidenciar aqui os desdobramentos referentes aos swaps referenciados nos CRIs indexados ao IPCA, que foram contratados no decorrer de 2021. A contabilização desses instrumentos derivativos, que anteriormente era realizada por meio de marcação a mercado (MM), passou a ser efetuada via *hedge accounting*. Nessa metodologia, contabiliza-se também a diferença entre o saldo devedor acumulado do título de dívida (*accrual*) e o saldo marcado a mercado, assumindo-se a existência de efetividade na relação de proteção entre o título de dívida e o derivativo, de modo a resguardar devidamente o balanço da Companhia em relação à volatilidade do IPCA e à abertura das curvas prefixadas, bem como aos demais ruídos macroeconômicos que afetam o mercado de modo geral, conferindo maior um importante passo em direção à manutenção da previsibilidade e da solidez financeira. Ficamos muito felizes em ter compartilhado com nossos *stakeholders* um outro movimento realizado pelo Grupo Direcional, dessa vez visando a ampliação de nosso leque de atuação. Em Fato Relevante, divulgado em dezembro de 2021, oficializamos ao mercado nossa parceria com a XP Inc., que passou a ser nossa sócia na Direto, nossa subsidiária que irá operar em variadas frentes do mercado de crédito imobiliário. Inicialmente, a empresa deverá atuar em (i) intermediação de empréstimos para pessoas físicas em geral, inclusive em parceria com outras instituições financeiras, para viabilizar a aquisição de imóveis novos e usados; (ii) originação de *home equity*, isto é, intermediação de empréstimos com garantia de imóveis – o que entendemos ser um mercado com grande potencial de desenvolvimento e ainda pouco explorado no país; e (iii) intermediação na aquisição de carteiras de recebíveis originados em vendas de imóveis a prazo com e sem a garantia imobiliária, celebradas entre incorporadoras ou construtoras de diversos portes e seus clientes. Tendo sido aprovado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), e contando com a *expertise* de Direcional e XP no âmbito dos mercados imobiliário, financeiro e de crédito, de maneira a agregar nos negócios e no desenvolvimento de soluções tecnológicas focadas no relacionamento e experiência do cliente, estamos muito animados em dizer que a Direto tem tudo para trilhar uma jornada de muito sucesso. Em um ano marcado por tantos passos importantes, não poderíamos deixar de tratar aqui do nosso olhar cada vez mais voltado para a **sustentabilidade e as melhores práticas ESG**. Nesse sentido, estamos engajados em prol da publicação, em 2022, do nosso primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade, referente à competência de 2021. Acabamos de realizar a nossa matriz de materialidade, que trouxe à tona os temas mais relevantes na ótica de nossos clientes, fornecedores, investidores, colaboradores e administradores da Companhia. Esses temas serão o fio condutor do relatório, e nos permitiram compartilhar com o público as boas práticas que fazem parte do dia-a-dia das nossas operações, bem como as ações que pretendemos implementar e acelerar para evoluirmos sempre nessa agenda, afinal sabemos que se trata de uma busca contínua. Acreditamos que esse movimento marca um importante compromisso assumido com nossos *stakeholders*, com a comunidade em geral e com a própria Companhia. Tudo o que alcançamos em 2021 teve contribuição mais que fundamental do nosso time. Os resultados que apresentaremos a seguir foram fruto da dedicação ferrenha e da alta performance demonstradas pelos nossos colaboradores ao longo do ano. Agradecemos a cada um de vocês pelo esforço incessante que permite à Direcional continuar realizando os sonhos de nossos clientes. Com os objetivos bem alinhados, estamos certos de que seguiremos firmes em nosso propósito de **transformar vidas, construindo um futuro melhor**.

Muito obrigado,

Administração Direcional Engenharia S.A.

¹ Ajuste excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção.

² Ajuste excluindo despesas não recorrentes com cessão de recebíveis no valor de R\$ 6 milhões.

³ Ajuste por saldo de contratos de operações de swap de juros.

LANÇAMENTOS

O volume total de lançamentos no ano de 2021 atingiu a expressiva marca de R\$ 3,1 bilhões (R\$ 2,7 bilhões % Companhia), estabelecendo um crescimento de 78% na comparação com 2020. Dessa maneira, a **Companhia registrou o maior patamar de sua história** nessa métrica, apresentando crescimento anual tanto nos produtos Direcional (+24%), quanto nos produtos Riva (+368%). Assim, a representatividade dos lançamentos da Direcional no ano foi de 59%, enquanto a Riva respondeu por 41% do total.

Lançamentos	2021	2020	Δ %
	(a)	(b)	(a/b)
VGV Lançado - 100% (R\$ mil)	3.137.984	1.762.850	78,0%
Direcional	1.845.200	1.486.620	24,1%
Riva	1.292.784	276.231	368,0%
VGV Lançado - % Companhia (R\$ mil)	2.677.635	1.526.597	75,4%
Direcional	1.597.807	1.272.734	25,5%
Riva	1.079.827	253.862	325,4%
Unidades Lançadas	13.534	10.043	34,8%
Direcional	9.103	8.875	2,6%
Riva	4.431	1.168	279,4%
% Companhia Médio	85,3%	86,6%	-1 p.p.
Preço Médio (R\$/unidade)	231.859	175.530	32,1%
Direcional	202.702	167.506	21,0%
Riva	291.759	236.499	23,4%

VENDAS CONTRATADAS

No acumulado do ano, as vendas líquidas totalizaram R\$ 2,4 bilhões (R\$ 2,0 bilhões % Companhia), um crescimento de 45% na comparação com o VGV líquido contratado em 2020. Esse patamar marca 2021 como o **melhor ano da Companhia em termos de vendas líquidas**. Vale destacar o papel assumido pela Riva no *mix* de vendas, apresentando um crescimento de 178% ano contra ano e contribuindo de forma importante para os números alcançados.

Vendas Líquidas Contratadas	2021	2020	Δ %
	(a)	(b)	(a/b)
VGV Líquido Contratado - 100% (R\$ mil)	2.439.934	1.680.302	45,2%
Direcional	1.644.732	1.378.312	19,3%
Riva	776.149	278.829	178,4%
Legado¹	19.054	23.161	-17,7%
VGV Líquido Contratado - % Companhia (R\$ mil)	2.017.273	1.407.756	43,3%
Direcional	1.388.816	1.144.424	21,4%
Riva	615.248	249.078	147,0%
Legado	13.209	14.254	-7,3%
Unidades Contratadas	12.227	9.061	34,9%
Direcional	9.429	7.969	18,3%
Riva	2.742	1.022	168,3%
Legado	56	70	-20,0%
VSO (Vendas Sobre Oferta) em VGV	43%	40%	3 p.p.
Direcional	44%	43%	2 p.p.
Riva	43%	36%	8 p.p.
Legado	12%	12%	0 p.p.

¹ Legado: Compreende os empreendimentos dos segmentos Médio-Padrão, Médio-Alto Padrão e Comercial, desenvolvidos no modelo antigo.

ESTOQUE

A Direcional encerrou 2021 com 14.627 unidades em estoque, totalizando VGV de R\$ 3,3 bilhões (R\$ 2,7 bilhões % Companhia).

A tabela abaixo apresenta o estoque a valor de mercado, aberto por estágio de construção e por tipo de produto. Vale destacar que **apenas 5% do VGV total refere-se a unidades concluídas, sendo 2% relativos a projetos Direcional exceto Legado, e menos de 1% relativo a produtos Riva.**

Estoque a Valor de Mercado	Direcional	Riva	Legado	Total
Em andamento (R\$ milhões)	2.063	1.031	0	3.094
Concluído (R\$ milhões)	49	3	110	163
Total (R\$ milhões)	2.113	1.034	110	3.257
Total Unidades	10.772	3.548	307	14.627

BANCO DE TERRENOS

O *landbank* total da Direcional ao final de 2021 representava um potencial de desenvolvimento de aproximadamente 152 mil unidades e VGV de R\$ 27 bilhões (R\$ 25 bilhões % Companhia). No ano de 2021, as aquisições de terrenos totalizaram um VGV potencial de R\$ 6,8 bilhões (R\$ 6,3 bilhões % Companhia), a um custo médio de 13% sobre o VGV, com 75% de pagamento via permuta. O custo médio de aquisição do banco de terrenos é de 11% do VGV potencial, sendo que 79% será pago via permuta, com reduzido impacto no caixa antes do início de desenvolvimento do empreendimento.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Bruta

Em 2021, houve crescimento de 17% na Receita Operacional Bruta em relação a 2020, totalizando um montante de R\$ 1,9 bilhão. Analisando a representatividade no *mix*, a linha de maior relevância permanece sendo a de receitas com vendas de imóveis, que foi responsável por 96% do total da receita apropriada no ano.

Receita Bruta (R\$ mil)	2021	2020	Δ %
	(a)	(b)	(a/b)
Receita Operacional Bruta	1.915.273	1.638.763	16,9%
Com vendas de imóveis	1.833.724	1.566.757	17,0%
Com prestação de serviços	81.549	72.006	13,3%

Receita com Vendas de Imóveis

A Receita Bruta com vendas de imóveis consolida os resultados dos projetos lançados no Novo Modelo (Direcional + Riva) e os projetos do Legado. Em 2021, a Receita Bruta com vendas de imóveis cresceu 17% em relação a 2020, acumulando um total de R\$ 1,8 bilhão. O desempenho é devido, sobretudo, ao crescimento das vendas e à evolução do volume de construção observados no período. Além dos valores reportados acima, que consideram a receita referente aos projetos consolidados no resultado da Direcional, é válido ressaltar também a Receita Bruta com Vendas provenientes de produtos que não são consolidados no balanço da Companhia (controladas em conjunto). No acumulado de 2021, o total de Receita Bruta advinda apenas desses projetos somou R\$ 201 milhões, um crescimento de 61% em relação ao observado em 2020.

Receita com Prestação de Serviços

A Receita Bruta do segmento de prestação de serviços contribuiu com 4% do total reconhecido no ano. Essa linha é composta por (i) reconhecimento de receitas das obras em regime de empreitada (MCMV Faixa 1); (ii) taxa de administração de obras; e (iii) corretagem sobre vendas realizadas pela corretora própria. A receita com prestação de serviços em 2021 foi de R\$ 82 milhões, um crescimento de 13% sobre 2020. Conforme já tratado nas últimas divulgações de resultado, é esperado que essa linha de receita tenha baixa representatividade no total da Receita Bruta.

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida de 2021 foi 18% maior que em 2020, totalizando R\$ 1,8 bilhão. É importante ressaltar que foi observada, no decorrer dos últimos trimestres, uma mudança significativa no *mix* de vendas, com maior representatividade de unidades mais próximas do lançamento, em detrimento de unidades concluídas ou em estágio de obra mais avançado. Com isso, verificou-se uma menor aceleração de receita apropriada em um primeiro momento e, consequentemente, um aumento das receitas a apropriar (REF). Nesse sentido, os registros de vendas registrados nos últimos trimestres devem impactar o crescimento da Receita Líquida de forma relevante nos próximos trimestres, conforme evolução do volume de construção das unidades. Considerando apenas as controladas em conjunto, a Receita Líquida das SPEs que não são consolidadas no balanço da Companhia foi de R\$ 193 milhões, representando um incremento de 64% na comparação com 2020.

Lucro Bruto

O Lucro Bruto Ajustado¹ chegou a R\$ 651 milhões em 2021, representando um crescimento de 22% sobre o ano anterior. A Margem Bruta Ajustada¹ do ano foi de 36,7%, ficando 1,2 p.p. acima do registrado em 2020. Esse patamar de Margem Bruta é decorrente, principalmente, (i) da recorrente política de precificação dos produtos; (ii) da gestão de estoque de suprimentos, com avaliação cuidadosa das aquisições de insumos ao longo do ano; (iii) do ajuste no *mix* de produtos da Companhia; e (iv) da contínua busca por eficiência no controle de custos. Assim, a assídua manutenção da margem bruta em patamares sólidos demonstra a assertividade das estratégias adotadas para enfrentar a pressão inflacionária dos insumos, que atingiu o mercado de maneira geral ao longo dos últimos trimestres.¹ Lucro Bruto e Margem Bruta ajustados: excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A)

O G&A acumulado de 2021 foi de R\$ 133 milhões, um incremento nominal de 15% em relação a 2020. A representatividade do G&A sobre a Receita Bruta apresentou declínio no período, passando de 7,1% da Receita Bruta para 6,9%. Essa diluição está dentro do esperado para a linha das Despesas Gerais e Administrativas da Companhia, dado o crescimento previsto para a receita nos próximos períodos.

Despesas Comerciais

As Despesas Comerciais, que são compostas basicamente por despesas com comissões, marketing e manutenção de pontos de vendas, totalizaram R\$ 191 milhões, volume 21% superior aos R\$ 158 milhões registrados em 2020. Ainda assim, houve uma expressiva diluição em relação às vendas líquidas, com 1,6 p.p. de melhora no período. É válido ressaltar que o incremento nominal das Despesas Comerciais no exercício de 2021 teve como principal fator o volume recorde de VGV lançado ao longo do ano, visto que parte relevante desse tipo de despesa se dá no momento do lançamento dos empreendimentos. Assim, ao analisar a representatividade das Despesas Comerciais em relação à Receita Bruta, deve-se levar em consideração que parte dessas despesas – como marketing e manutenção de pontos de vendas, etc. – são reconhecidas contabilmente em seu período de competência, enquanto as receitas são apropriadas de acordo com a metodologia PoC (*Percentage of Completion*). Desse modo, quando as vendas encontram-se em ciclo de crescimento, ocorre um decasamento temporal entre as despesas de determinado período e a velocidade de apropriação das receitas provenientes dessas vendas. Com isso, de acordo com a

construção das unidades vendidas, espera-se uma diluição das Despesas Comerciais, em função do crescimento esperado da receita.

Resultado Financeiro

No ano, o Resultado Financeiro apresentou valor líquido negativo de R\$ 79 milhões, impactado principalmente: (i) pela alta do IPCA, sobretudo no primeiro trimestre, quando a Companhia ainda não havia contratado os *swaps* para proteção contra a volatilidade do índice; (ii) pelas elevações da taxa Selic, que encerrou o ano em 9,25% a.a., o que repercutiu diretamente na remuneração da caixa e nas despesas financeiras atreladas ao endividamento da Companhia; (iii) as operações de venda de parte da carteira de recebíveis. Nesse âmbito, é válido ressaltar que a contratação dos derivativos teve papel fundamental no controle do balanço em relação à variação do IPCA, que encerrou o ano com alta de 10,06%. Com isso, ambos os *swaps*, que anteriormente ainda estavam sendo registrados via marcação a mercado (MM), passaram a ser contabilizados por meio da metodologia de *hedge accounting*, na qual se contabiliza também a diferença entre o saldo devedor acumulado do título de dívida (*accrual*) e o saldo marcado a mercado, assumindo a expectativa de efetividade na relação de proteção entre o título de dívida e o derivativo. O objetivo dessa decisão é conferir mais um importante passo em direção à manutenção da previsibilidade e da solidez financeira.

EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 374 milhões, um crescimento de 42% sobre 2020, com Margem EBITDA de 21,1% no período, um incremento de 3,6 p.p.. Foi calculado também o EBITDA Ajustado¹, considerando o ajuste pelos juros capitalizados de financiamento à produção, que compõem a linha de Custos. A métrica alcançou R\$ 378 milhões, crescendo 38% na comparação com 2020, com Margem EBITDA Ajustada¹ de 21,3%, um ganho de 3,1 p.p. no período. Assim, os resultados continuam a ratificar o foco da Companhia na eficiência operacional e na busca contínua por melhoria.

Recomposição do EBITDA (R\$ mil)	2021	2020	Δ %
	(a)	(b)	(a/b)
Lucro Líquido do Período	159.504	113.073	41,1%
(+) Depreciação e amortização	51.287	41.445	23,7%
(+) Imposto de renda e contribuição social	35.563	31.110	14,3%
(+) Participação dos acionistas minoritários	49.256	37.060	32,9%
(+/-) Resultado financeiro	78.542	40.121	95,8%
EBITDA	374.152	262.809	42,4%
Margem EBITDA	21,1%	17,5%	4 p.p.
(+) Custo financiamento à produção	4.074	10.756	-62,1%
EBITDA ajustado¹	378.226	273.564	38,3%
Margem EBITDA ajustada¹	21,3%	18,2%	3 p.p.

¹ EBITDA e Margem EBITDA ajustados: excluindo os juros capitalizados de financiamento à produção.

Resultado antes de participantes minoritários

O Resultado antes dos participantes não controladores em SPE e SCP ("Minoritários") foi de R\$ 209 milhões em 2021, um crescimento de 39% em relação a 2020, representando uma Margem de 11,8% no período – um ganho de 1,8 p.p.. Vale ressaltar que o desenvolvimento de projetos em sociedade fez parte da estratégia para acelerar a expansão da Companhia no início do ciclo de crescimento, permitindo maior diluição das despesas.

Lucro Líquido

A Direcional registrou um Lucro Líquido contábil de R\$ 160 milhões, resultado 41% superior ao observado em 2020. A Margem Líquida foi de 9,0% no período, representando crescimento de 1,5 p.p.. Com a finalidade de avaliar como seria o resultado recorrente da Companhia, isto é, ajustando o Lucro Líquido pelas despesas não recorrentes advindas da operação de cessão de recebíveis ocorrida em dezembro, que totalizaram R\$ 6 milhões, o Lucro Líquido Ajustado¹ atingiu R\$ 166 milhões, alta de 47% sobre 2020, com Margem Líquida Ajustada¹ de 9,3%, +1,8 p.p. sobre 2020. O ROE anualizado ajustado¹ foi de 16%.¹ Lucro Líquido e Margem Líquida ajustados: excluindo as despesas não recorrentes com operação de cessão de recebíveis.

DESTAQUES DO BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

No encerramento de 2021, o saldo de Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras somava R\$ 1,0 bilhão, valor 13% superior na comparação com 2020. É válido enfatizar que a Direcional continua mantendo sua posição de caixa em níveis que a Companhia considera confortáveis para sustentar o crescimento de suas operações de acordo com o planejamento estratégico e ainda manter sua sólida política de retorno de capital para os acionistas.

Contas a Receber

O saldo contábil de Contas a Receber¹ no encerramento do ano foi de R\$ 476 milhões, representando um acréscimo de 32% em relação a 2020. Considerando o saldo de Contas a Receber por Venda de Imóveis, bem como a Receita Operacional Líquida desse segmento, o indicador de Dias de Contas a Receber² calculado no 4T21 foi de 89 dias. Esse resultado ratifica o foco em eficiência também sob a ótica da gestão de recebíveis, com o prazo médio correspondendo a menos de um trimestre, um dos melhores indicadores do setor. Seguindo as regras contábeis atuais, o reconhecimento de Contas a Receber é proporcional ao índice de execução das respectivas obras (*Percentage of Completion* - PoC). Desse modo, o saldo de Contas a Receber das unidades vendidas de incorporação e ainda não construídas não está integralmente refletido nas Demonstrações Contábeis. Nesse sentido, cabe ressaltar que o saldo total de Contas a Receber da Direcional no encerramento de 2021 era de R\$ 1,3 bilhão.¹ O Contas a Receber contábil de curto prazo é composto pelos saldos devedores dos clientes corrigidos e reconhecidos no resultado proporcionalmente ao PoC (*Percentage of Completion*), considerando a data do habe-se para o pagamento da parcela de financiamento pelos clientes à Direcional, mais a receita reconhecida dos projetos de empreitada.² Dias de Contas a Receber calculado como Contas a Receber por Venda de Imóveis sobre Receita Líquida com Venda de imóveis no trimestre, multiplicado por 90 (número de dias em um trimestre).

Endividamento

Ao final de 2021, o saldo bruto de Empréstimos e Financiamentos foi de R\$ 1,2 bilhão, montante 20% superior ao saldo de 2020. Considerando o saldo em caixa, é válido observar que a posição atual mostra-se mais que suficiente para cobrir os próximos 4 anos do endividamento bruto total. O índice de alavancagem, medido pela Dívida Líquida Ajustada³ em relação ao Patrimônio Líquido, encerrou o ano em 13,4%. Cabe ressaltar que aproximadamente **90% do endividamento total é de longo prazo**. No encerramento do exercício, o prazo médio ponderado de vencimento era de 39 meses. O perfil de alavancagem apresentado mantém a Direcional em posição confortável para suportar seu crescimento nos próximos anos e aproveitar as oportunidades que aparecerem adiante.

Endividamento (R\$ mil)	2021	2020	Δ %
	(a)	(b)	(a/b)
Empréstimos e Financiamentos	1.241.402	1.031.168	20,4%
Caixa, Equivalentes e Aplicações Financeiras	1.049.160	926.929	13,2%
Posição de Contratos de Swap	-3.668	7.005	-152,4%
Dívida Líquida Ajustada¹	195.910	97.234	101,5%
Dívida Líquida Ajustada¹ / Patrimônio Líquido	13,4%	7,3%	6,2 p.p.

¹ Dívida Líquida ajustada: Saldo total das linhas de Empréstimos e Financiamentos reduzido pelo saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa somada ao saldo das posições em aberto de contratos de *swaps* para proteção de flutuações de taxas de juros.

Geração de Caixa (Cash Burn)¹

No agregado de 2021, a Companhia registrou uma queima de caixa de R\$ 17 milhões. O consumo de caixa observado deve-se ao importante crescimento operacional que a Companhia vem reportando ao longo do ano, o que permitiu uma expansão significativa do volume de lançamentos, que atingiu o expressivo crescimento de 78% na comparação entre os anos de 2021 e 2020. Ademais, a estratégia de antecipação de compra de insumos antes do aumento de preços, adotada pela Companhia nos primeiros trimestres do ano, com o objetivo de mitigar boa parte dos efeitos da inflação e manter a solidez da margem bruta, também contribuiu para o resultado. Cabe ressaltar que a Direcional reduziu sua alavancagem em R\$ 70 milhões no 4T21, sendo R\$ 19 milhões de geração de caixa e outros R\$ 51 milhões por meio de operação de alienação de ações em tesouraria e contratação de *swap* referenciado em ações de emissão da Companhia, em posição equivalente, no âmbito do programa de recompra de ações, aprovado em dezembro de 2021 e com validade de 18 meses, conforme Fato Relevante divulgado na data.¹ Geração de Caixa (*cash burn*): variação da dívida líquida ajustada por pagamento de dividendos, recompra de ações e variação no saldo de contratos de operações de swap de juros.

DIRETO

Em Fato Relevante divulgado em dezembro de 2021, a Direcional oficializou ao mercado o início da parceria com a XP Inc. no desenvolvimento da Direto, braço do grupo Direcional que pretende operar em variadas frentes do mercado de crédito imobiliário. Inicialmente, a subsidiária irá atuar com foco em: (i) intermediação de empréstimos para pessoas físicas em geral, inclusive em parceria com outras instituições financeiras, para viabilizar a aquisição de imóveis novos e usados; (ii) intermediação de empréstimos com garantia de imóveis (*home equity*) – um mercado



DIRECIONAL

DIRR
B3 LISTED NM

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Ativo circulante	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	3.1	287.215	416.630	723.954	731.569
Aplicações financeiras	3.2	323.337	194.246	325.206	195.360
Contas a receber	4.1	11.340	6.540	231.761	246.717
Estoques	5	181	1.369	1.230.591	1.268.195
Crédito com partes relacionadas	6.1	132.735	47.417	82.261	37.363
Tributos a recuperar		12.228	11.051	24.462	21.185
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	10.258	40.000	17.540	50.000
Outros créditos	4.3	130.126	72.499	220.565	115.943
Total do ativo circulante		907.420	789.752	2.856.340	2.666.332
Ativo não circulante					
Contas a receber	4.1	1.026	765	244.585	128.727
Estoques	5	97.322	72.457	2.303.436	2.071.074
Créditos com partes relacionadas	6.1	-	-	1.636	1.636
Depósitos judiciais		8.918	9.064	16.097	15.928
Contas a receber por alienação de investimentos	4.2	-	30.685	-	30.685
Outros créditos	4.3	21.247	10.004	21.457	10.214
Investimentos	7	1.519.013	1.457.058	117.980	73.064
Imobilizado	8	68.011	62.583	99.075	89.594
Intangível		17.315	12.988	19.013	14.155
Total do ativo não circulante		1.732.852	1.655.604	2.823.279	2.435.077
Total do ativo		2.640.272	2.445.356	5.679.619	5.101.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita líquida	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo da venda de imóveis e serviços prestados	17	40.264	41.951	1.776.380	1.500.723
Lucro bruto	18	(11.736)	(20.572)	(1.129.274)	(978.154)
Receitas (despesas) operacionais		28.528	21.379	647.106	522.569
Despesas gerais e administrativas	18	(112.482)	(102.202)	(132.511)	(115.572)
Despesas comerciais	18	(4.779)	(2.604)	(190.902)	(158.044)
Resultado com equivalência patrimonial	7	289.413	232.143	17.559	3.464
Outras receitas e (despesas) operacionais	-	28.424	(2.541)	(18.387)	(31.054)
Despesas financeiras		200.576	124.796	(324.241)	(301.206)
Receitas financeiras	19	(140.404)	(71.574)	(159.174)	(84.236)
Resultado financeiro	19	70.841	38.687	80.632	44.116
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(69.563)	(32.887)	(78.542)	(40.120)
		159.541	113.288	244.323	181.243
Imposto de renda e contribuição social	20	(37)	(215)	(35.563)	(31.110)
Resultado líquido do exercício		159.504	113.073	208.760	150.133
Resultado líquido atribuível					
Direcional Engenharia S.A.		159.504	113.073	159.504	113.073
Participantes não controladores em SPEs e SCPs		-	-	49.256	37.060
Resultado líquido por ação					
Básico (R\$)		1,10	0,76		
Diluído (R\$)		1,09	0,76		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Resultado líquido do exercício	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total de resultado abrangente do exercício	159.504	113.073	208.760	150.133
Atribuível a	159.504	113.073	208.760	150.133
Acionista da Companhia			159.504	113.073
Participação dos acionistas não controladores			49.256	37.060
			208.760	150.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

Receitas	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de imóveis e prestação de serviços	45.917	48.020	1.924.099	1.649.500
Outras receitas e (despesas) operacionais	28.424	(2.541)	(18.387)	(31.054)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (constituição) reversão	-	-	(20.177)	(12.914)
	74.341	45.479	1.885.535	1.605.532
Insumos adquiridos de terceiros				
Matérias-primas consumidas	(7.664)	(17.454)	(924.105)	(783.554)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(9.281)	(13.008)	(23.269)	(21.857)
Outros	(15.110)	(10.364)	(203.859)	(167.646)
	(32.055)	(40.826)	(1.151.233)	(973.057)
Valor adicionado bruto	42.286	4.653	734.302	632.475
Depreciação e amortização, líquidas	(22.574)	(14.879)	(51.287)	(41.445)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	19.712	(10.226)	683.015	591.030
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	289.413	232.143	17.559	3.464
Receitas financeiras	70.841	38.687	80.632	44.116
	360.254	270.830	98.191	47.580
	379.966	260.604	781.206	638.610
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	74.362	69.674	246.086	226.513
Impostos, taxas e contribuições	5.689	6.283	163.105	166.973
Remuneração de capitais de terceiros	140.411	71.574	163.255	94.991
Lucros/prejuízos retidos	159.504	113.073	159.504	113.073
Parcela do resultado atribuído a acionistas não controladores	-	-	49.256	37.060
	379.966	260.604	781.206	638.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo circulante	Nota	Individual		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	9.1	125.358	217.365	127.205	219.061
Fornecedores		8.337	5.615	92.054	90.086
Obrigações trabalhistas	10	12.649	9.637	31.827	28.253
Obrigações tributárias	11	1.480	663	25.094	25.227
Financiamento por arrendamento	9.2	9.339	9.190	10.088	9.887
Credores por imóveis compromissados		-	-	62.779	77.434
Adiantamento de clientes	12	-	2.362	14.705	22.249
Outras contas a pagar	13	28.991	25.086	90.346	49.536
Provisão para garantia	15.1	2.258	3.687	28.143	27.377
Débitos com partes relacionadas	6.1	10.741	14.605	14.600	23.022
Total do passivo circulante		199.153	288.210	496.841	572.132
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9.1	1.012.001	797.751	1.114.197	812.107
Fornecedores		210	1.915	5.958	17.368
Provisão para garantia	15.1	-	557	12.051	11.530
Obrigações tributárias	11	-	36	9.701	3.594
Financiamento por arrendamento	9.2	24.985	29.199	25.129	29.679
Credores por imóveis compromissados	12	70.877	69.577	2.060.218	1.878.215
Adiantamento de clientes	13	27.086	380	375.344	372.800
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15.2	4.055	4.329	24.008	29.142
Outras contas a pagar	14	2.028	8.844	97.392	34.844
Débitos com partes relacionadas	6.1	-	18.246	-	-
Total do passivo não circulante		1.141.242	930.834	3.723.998	3.189.279
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	752.982	752.982	752.982	752.982
Reservas de capital	16.3	177.690	208.484	177.690	208.484
Outorga de opção de ações		2.259	4.050	2.259	4.050
Ajuste de avaliação patrimonial		(29.847)	(19.023)	(29.847)	(19.023)
Ações em tesouraria		(7.360)	(52.129)	(7.360)	(52.129)
Reservas de lucros	16.4	404.153	331.948	404.153	331.948
		1.299.877	1.226.312	1.299.877	1.226.312
Participação dos não controladores		-	-	158.903	113.686
		1.299.877	1.226.312	1.458.780	1.339.998
Total do passivo e patrimônio líquido		2.640.272	2.445.356	5.679.619	5.101.409

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Das atividades operacionais	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	159.541	113.288	244.323	181.243
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	22.574	14.879	51.287	41.445
Resultado de equivalência patrimonial	(289.413)	(232.143)	(17.559)	(3.464)
Provisão para garantia	580	482	25.217	22.428
Juros sobre encargos e financiamentos	107.393	51.608	115.759	63.367
Hedge accounting - Valor justo	(17.243)	-	(17.243)	-
Variação Cambial sobre empréstimos e financiamentos	1.097	7.819	1.097	7.819
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	898	2.964	5.839	5.732
Resultado com permuta física	-	-	(18.930)	(10.266)
Resultado das vendas de participações societárias	(30.734)	(40.586)	(21.174)	(40.572)
Correção do contas a receber por aquisição de participações societárias	(330)	-	(330)	-
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	-	-	10.039	2.133
Ajuste a valor presente sobre financiamento por arrendamento	2.294	2.609	2.356	2.647
Ajuste ao valor realizável líquido de estoque concluído	-	-	(541)	3.597
Provisão para perdas de contas a receber	-	-	8.506	(302)
Provisão para perdas sobre partes relacionadas	-	-	-	5.240
Provisão para plano de opções de ações	3.284	1.883	3.284	1.883
Provisão para participação nos Lucros	7.125	207	7.879	207
Acréscimos (decréscimo) em ativos				
Contas a receber	(5.061)	(3.793)	(119.447)	67.245
Estoques	4.305	3.371	176.187	148.088
Créditos diversos	(68.870)	(20.847)	(115.865)	(31.517)
Partes relacionadas	76.771	9.448	(35.509)	5.380
Depósitos judiciais	146	(152)	(169)	544
Tributos a recuperar	(1.177)	3.701	(3.277)	3.375
(Decréscimo) acréscimo em passivos				
Fornecedores	(12.103)	(9.807)	(34.890)	29.559
Obrigações trabalhistas	(4.113)	(3.341)	(4.305)	(2.594)
Obrigações tributárias	759	66	3.377	670
Credores por imóveis compromissados	-	(3.600)	(184.698)	(171.986)
Adiantamento de clientes	(2.362)	(16.891)	(7.668)	(12.962)
Contas a pagar	87	(8.615)	106.356	21.962
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(1.172)	(963)	(10.973)	(10.337)
Partes relacionadas	(22.110)	18.518	(8.422)	4.255
Garantia de obra	(2.566)	(2.166)	(23.930)	(19.620)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15)	(136)	(32.966)	(29.851)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(70.415)	(112.197)	103.610	285.348
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo (Decréscimo) de investimentos (SPCs e SPEs)	(153.990)	(110.952)	(221.591)	(22.589)
Dividendos recebidos	112.492	323.083	11.451	1.874
Venda de participações societárias	215.183	11.123	267.432	12.123
Acréscimo do imobilizado	(897)	(1.091)	(11.681)	(7.384)
Imobilizado arrendado	(2.512)	(3.195)	(2.510)	(4.295)
Acréscimo de intangível	(13.184)	(10.084)	(14.202)	(10.640)
Aplicações financeiras	(129.091)	(34.026)	(129.846)	227
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	27.991	174.858	(100.947)	(30.684)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Alienação de ações em tesouraria	50.715	-	50.715	-
Dividendos pagos	(100.147)	(120.364)	(100.147)	(120.364)
Recompra de Ações	(31.965)	(23.939)	(31.965)	(23.939)
Ingresso de financiamento por arrendamento	2.512	3.180	2.510	4.155
Amortização do financiamento por arrendamento	(8.158)	(8.507)	(8.502)	(8.717)
Juros pagos sobre arrendamento	(713)	(452)	(713)	(452)
Ingressos de empréstimos	294.165	489.078	472.170	616.768
Amortizações dos empréstimos	(229.110)	(285.486)	(319.375)	(448.510)
Juros pagos	(53.466)	(36.264)	(60.108)	(39.696)
Aumento (redução) de capital por não controladores	(10.824)	(344)	(14.863)	(36.135)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(86.991)	16.902	(10.278)	(56.890)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(129.415)	79.563	(7.615)	197.774
No início do período	416.630	337.067	731.569	533.795
No final do período	287.215	416.630	723.954	731.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital			Reservas de lucro			Patrimônio líquido individual	Participação não Controladores	Patrimônio líquido Consolidado
				Por emissão de ações/ alienação	Por outorga de opções de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Para investimento	Lucros / prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2019 Reapresentado		752.982	(32.076)	208.484	5.951	(18.679)	30.370	309.895	-	1.256.927	112.417	1.369.344
Opções outorgadas reconhecidas	16.3	-	-	-	1.883	-	-	-	-	1.883	-	1.883
Redução de capital por não controladores	16.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.791)	(35.791)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	113.073	113.073	37.060	150.133
Dividendos propostos	16.4.3	-	-	-	-	-	-	(120.364)	-	(120.364)	-	(120.364)
Alienação de ações em tesouraria	16.2	-	3.886	-	(3.784)	-	-	(102)	-	-	-	-
Recompra de ações	-	-	(23.939)	-	-	-	-	-	-	(23.939)	-	(23.939)
Constituição de reservas	16.4.1	-	-	-	-	-	5.652	106.497	(112.149)	-	-	-
Ajuste de exercicios anteriores	16.7	-	-	-	-	-	-	-	(924)	(924)	-	(924)
Transação com acionistas não controladores	16.6	-	-	-	-	(344)	-	-	-	(344)	-	(344)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		752.982	(52.129)	208.484	4.050	(19.023)	36.022	295.926	-	1.226.312	113.686	1.339.998
Opções outorgadas reconhecidas	16.3	-	-	-	3.284	-	-	-	-	3.284	-	3.284
Cancelamento de Ações em tesouraria	-	-	30.749	(30.749)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital por não controladores	16.6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.039)	(4.039)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	159.504	159.504	49.256	208.760
Dividendos propostos	16.4.3	-	-	-	-	-	-	(100.147)	-	(100.147)	-	(100.147)
Alienação de ações em tesouraria - Plano Matching	16.2	-	6.352	(45)	(5.075)	-	-	-	(1277)	(45)	-	(45)
Alienação de ações em tesouraria - Mercado	-	-	36.635	-	-	-	-	-	14.125	50.760	-	50.760
Recompra de ações	-	-	(28.967)	-	-	-	-	-	-	(28.967)	-	(28.967)
Constituição de Reservas	16.4.1	-	-	-	-	-	7.975	164.377	(172.352)	-	-	-
Transação com acionistas não controladores	16.6	-	-	-	-	(10.824)	-	-	-	(10.824)	-	(10.824)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		752.982	(7.360)	177.690	2.259	(29.847)	43.997	360.156	-	1.299.877	158.903	1.458.780



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. Contexto operacional

A Direcional Engenharia S.A. ("Direcional", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma Companhia de capital aberto e tem suas ações negociadas na B3, sob a sigla DIRR3. A Companhia é uma incorporadora e construtora, com foco no desenvolvimento de empreendimentos populares e de médio padrão através de sua subsidiária integral Riva e atuação primordialmente nas regiões norte, nordeste centro-oeste e sudeste. Durante os seus 41 anos de experiência em incorporação e construção de empreendimentos populares, desenvolveu uma estrutura verticalizada e um processo construtivo padronizado e industrial, o que tem viabilizado a construção de empreendimentos com destacada eficiência operacional. A Companhia desenvolve suas atividades de incorporação e construção por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específicas ("SPes"), no curso normal dos negócios, como forma de viabilizar a formação de parcerias, permitir o acompanhamento individualizado dos empreendimentos, facilitar a obtenção de financiamentos à produção e o controle financeiro contábil. As SCPs e as SPes têm atuação exclusiva no setor imobiliário e, na maioria dos casos, estão vinculadas a um empreendimento específico. Em 14 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas e autorizou sua divulgação. 1.1. Análise sobre a Covid-19 - Em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou estado de pandemia mundial em função do novo coronavírus e a Covid-19. O surto da doença se espalhou rapidamente pelo mundo, o que fez com que governos e entidades de setor privado adotassem medidas de isolamento social com o intuito de frear o avanço da doença. Para enfrentar essa situação inesperada, a Administração da Companhia criou um comitê de crise para tratar dos assuntos relacionados à Covid-19, composto por todos os membros da diretoria. Este comitê monitora as constantes evoluções do assunto junto à mídia e aos órgãos públicos, de forma a definir a melhor estratégia para, em primeiro lugar, a manutenção da segurança de todos os colaboradores e também do bom andamento dos negócios da Companhia. Ao longo do ano de 2021 a companhia realizou diversas ações que visaram reforçar a importância da vacinação entre seu colaboradores, de continuar atento com a higiene pessoal, com o uso de máscara e evitar aglomerações. Todas as ações tomadas visaram ainda, na medida do possível, a preservação de todo o ecossistema envolvido no negócio, desde os nossos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços. Em linhas gerais, estas medidas foram: Medidas de segurança - **Procedimentos nos canteiros de obra:** Para manter a segurança dos nossos colaboradores nos canteiros de obra e o bom desempenho de suas funções, passou a ser obrigatório, antes do ingresso nas dependências do canteiro, medir a temperatura do colaborador (repetimos o procedimento após o almoço) ou visitante, estar usando máscara de proteção adequadamente (uso obrigatório durante todo o expediente), efetuar a higienização das mãos (insumos estes fornecidos pela Companhia), triagem diária feita pelo técnico de segurança em cada regional para avaliar a saúde dos colaboradores. Os canteiros de obras são locais arejados, espaçosos, permitindo que os colaboradores mantenham o devido distanciamento de segurança sugerido pela OMS. A higienização nos canteiros de obra acontece no mínimo 4 vezes ao dia nos espaços comuns: como refeitórios, bebedouros e vestiários. Para a higienização das ferramentas de trabalho, disponibilizamos álcool com concentração de 70%, desinfetante e água sanitária. Também flexibilizamos os horários do expediente e de refeição afim de evitar aglomerações. **Procedimentos no escritório administrativo** - Para manter a segurança e o bom desempenho das atividades administrativas, flexibilizamos os horários de trabalho para os colaboradores da sede, adotamos o regime de home office para os colaboradores em que as atividades não exigem a presença física na sede da Companhia, e também, para os colaboradores identificados como grupo de risco. Para os colaboradores que possuem atividades que exigem presença física, disponibilizamos máscaras cujo uso é obrigatório durante o horário de trabalho e álcool com concentração de 70% em todos os andares e banheiros. As higienizações das estações de trabalho e áreas comuns do prédio são feitas no mínimo 2 vezes ao dia. Além disso, a temperatura dos colaboradores vem sendo medida 2 vezes ao dia e aqueles que demonstram algum sintoma da doença são dispensados para realizar os devidos exames e, se necessário, cumprir o período de quarentena. Além desses cuidados, a companhia faz monitoramento de casos suspeitos e confirmados até a recuperação total do colaborador com auxílio de uma equipe médica. Antes do retorno ao trabalho são realizados testes para termos a confirmação que o colaborador já está apto para retornar ao trabalho, visando controlar e evitar novas contaminações. Atualmente a companhia mantém em regime de trabalho home office apenas as áreas cuja as atividades são possíveis de se realizar de forma remota. **Proteção de caixa:** Visando reforçar o caixa da Companhia nesse momento de instabilidade, o conselho de administração da Companhia aprovou a realização da 1ª emissão de notas promissórias comerciais no valor de R\$100.000 com prazo de 1 ano a uma taxa de CDI+4% a.a. Em 16 de junho de 2020 a companhia contraiu outra linha de crédito mais longa no valor de R\$100.000 com uma taxa mais atrativa (CDI+2,5% a.a.) e quitou as notas promissórias anteriormente contratadas. Em 21 de setembro de 2020 a Companhia realizou a 6ª emissão de Debêntures onde o valor nominal total foi de R\$250.000 com vencimento em 21 de setembro de 2025 à taxa de CDI + 2,85% a.a. Durante o ano 2021, não houve necessidade de captação de crédito adicional visando proteção de caixa em função da pandemia, além do usual para manutenção das atividades da Companhia. **Avaliação dos impactos no negócio:** A Companhia está atenta às informações disponíveis e às deliberações dos entes públicos para poder balizar suas tomadas de decisão. Nossa atividade está classificada como atividade essencial e, por esse motivo, estamos com nossos canteiros de obra funcionando normalmente. No estado do Ceará, por razão de decreto estadual, nossas atividades estavam suspensas no período de 20 de abril a 29 de maio de 2020. Em junho de 2020, as atividades foram restabelecidas. Prudentemente, tomamos todas as medidas de segurança necessárias tanto nas obras quanto na sede no sentido de proteger a saúde de nossos colaboradores. Durante o 1º trimestre de 2021, devido ao avanço da Covid vários estados e municípios adotaram medidas mais duras para conter o avanço da Covid, dentre elas a adesão ao Lockdown. Na cidade de Manaus as obras foram paralisadas do dia 25 de janeiro a 11 de fevereiro. Na cidade de São Paulo as nossas obras foram paralisadas de 26 de março a 05 de abril. Na cidade de Ribeirão Preto houve paralisação das obras de 17 a 19 de março. A partir do 2º trimestre de 2021, as operações foram normalizadas. No período de março a agosto de 2020, alteramos a jornada de trabalho dos colaboradores administrativos que tiveram uma redução substancial no volume de trabalho. Suspendemos os contratos de trabalho dos colaboradores onde, por motivo de decreto estadual ou municipal, não podemos funcionar, segundo as diretrizes da MP 936/2020. Em setembro de 2020, todos os colaboradores voltaram a ter jornada de trabalho integral. Acreditamos que o forte desempenho nas vendas se deve ao modelo de negócio da companhia focado no CVA - Casa Verde Amarela (antigo Programa MCMV), em que o repasse do cliente para o agente financiador acontece no momento da venda durante a obra (método associativo) e não no final do empreendimento, permitindo o encurtamento do ciclo financeiro do negócio, reduzindo os impactos no fluxo de caixa da operação. Além disso, não houve restrição de crédito bancário para o setor. Realizamos abertura gradual de nossos estandes e pontos de vendas e trabalhamos fortemente nos canais digitais de vendas online da companhia. Não houve aumento expressivo na inadimplência da companhia no período. **Colaboração social:** A Companhia está inserida no contexto social das cidades onde desenvolve seus projetos. Dessa forma, acreditamos no grande impacto social que uma moradia digna e segura representa para uma família e, por isso, não estamos medindo esforços para manter nossas operações em funcionamento, sempre observando rigorosamente todas as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e priorizando a saúde dos nossos colaboradores. 1.2. Continuidade operacional: A administração da companhia avaliou a capacidade da empresa em continuar operando e está confortável quanto sua posição financeira e operacional. A administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa colocar sua capacidade operacional em risco. Assim, essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. Resumo das principais práticas e políticas contábeis e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1.1. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2. a) **Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais consideram, adicionalmente, a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 47 (IFRS 15), que dispõe sobre a receita de contrato com cliente, bem como de determinados assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias pelas empresas de incorporação imobiliária no Brasil, base para o reconhecimento de receitas, conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 2.1.18. As sociedades controladas incluídas no processo de consolidação estão detalhadas na Nota Explicativa nº 7. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Companhia participa de empreendimentos imobiliários por meio de Sociedades em Conta de Participação ("SCPs") e Sociedades de Propósito Específico ("SPes"). As operações das SCPs são efetuadas em nome do sócio ostensivo que geralmente é o líder do projeto. b) **Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o Pronunciamento Técnico - CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, identificadas como controladora. Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, coligadas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo

método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. As demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas, para fins de equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e, quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. A participação societária no resultado das controladas, controladas em conjunto e coligadas são demonstradas no resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido da investida atribuível aos controladores. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua sociedade controlada e coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas e coligadas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. 2.1.2. Consolidação: As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. a) **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas), com ou sem personalidade jurídica, nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação no controladora na aquisição, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (goodwill). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente forem menores que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. b) **Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". c) **Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. d) **Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. 2.1.3. Apresentação de informações por segmentos: Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A administração da Companhia baseia os seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras consolidadas, na mesma base que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como "Negócios Imobiliários". 2.1.4. Moeda funcional e de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais Brasileiros, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. 2.1.5. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. 2.1.6. Ativos financeiros: a) **Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. i) **Ativos financeiros ao custo amortizado** - São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da companhia. ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a venda desses ativos no modelo de negócios da companhia. iii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio dos outros resultados abrangentes** - Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio dos outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima. b) **Reconhecimento e mensuração:** Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentadas na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços ativos de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. c) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. d) **Impairment de ativos financeiros:** O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou

grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) O Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) Toma-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. 2.1.7. Contas a receber por incorporação de imóveis e por prestação de serviços - O Contas a receber está substancialmente representado pelos créditos a receber (circulante e não circulante), e são provenientes das vendas de unidades imobiliárias residenciais (denominadas "contas a receber por incorporação de imóveis"), e da execução de serviços por administração de obras (denominadas "contas a receber por prestação de serviços"). O Contas a receber de clientes, de unidades lançadas, porém não concluídas, são constituídas aplicando-se o percentual de evolução da obra (PÓC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda (atualização monetária), deduzindo-se as parcelas recebidas. Caso o montante das parcelas recebidas for superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. O saldo de contas a receber de clientes de imóveis não concluídos encontra-se demonstrado pelo seu valor presente líquido, isto é, descontado ao valor presente pela diferença dos juros contratuais cobrados posterior a entrega do imóvel e a taxa de correção das prestações quando da construção do imóvel (INCC). Se o prazo de recebimento do equivalente ao saldo de contas a receber é de um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente está apresentada no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PCLD" ou impairment). 2.1.8. Estoques: a) **Estoque de terrenos a incorporar** - Os estoques de terrenos são registrados pelo custo histórico de formação, que incluem todos os gastos correlacionados, diretamente vinculados e mensuráveis, inclusive operações de permuta calculadas pelo seu valor justo. Os terrenos podem ser adquiridos através de parcerias com os proprietários dos terrenos (permutas físicas e permutas financeiras). **Permuta física:** o valor justo do terreno é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a adiantamento de clientes, no momento da assinatura do instrumento particular ou quando as condições constantes nas cláusulas resolvidas do contrato forem satisfeitas. As receitas decorrentes de operações de permutas são apropriadas ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos. **Permuta financeira:** nas permutas financeiras, a Companhia repassa aos vendedores do terreno uma percentagem sobre o valor das vendas. Esse valor é registrado como um componente do estoque de terrenos de imóveis a comercializar, em contrapartida a contas a pagar, no momento da assinatura do instrumento particular ou do contrato relacionado à referida transação. Os estoques de terrenos a incorporar são classificados de acordo com a expectativa de lançamento do empreendimento. Caso o empreendimento, cujo terreno está atrelado, tenha expectativa de lançamento nos próximos 12 meses, o terreno é classificado no ativo circulante. Caso contrário, o terreno é classificado no ativo não circulante. b) **Estoque de imóveis em construção** - Os estoques de imóveis em construção são demonstrados como parcela em estoque correspondendo ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas, ajustados ao valor líquido de realização, quando menor do que o custo incorrido. O custo compreende o custo de aquisição do terreno, gastos com projeto e legalização do empreendimento, materiais, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e das operações de financiamento, incorridos durante o período de construção). 2.1.9. Imobilizado - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada descritas na Nota 8. Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a Companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As despesas com estande de vendas, incluindo a sua construção, decoração, mobiliária e manutenção, são reconhecidas como ativo imobilizado, desde que o prazo de vida útil estimado não seja inferior a 12 meses, e a sua depreciação é apropriada ao resultado como despesa comercial durante a sua vida útil. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. 2.1.10. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. 2.1.11. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.1.12. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge - A companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de SWAP de taxa de juros para se proteger contra riscos de taxas de juros. Esses instrumentos derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Os derivativos são registrados no ativo quando o valor justo é positivo e como passivos quando negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os instrumentos de proteção são classificados como: (a) Hedge de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alteração no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme; (b) Hedge de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou (c) Hedge de um investimento líquido em uma operação no exterior. No início de um relacionamento de hedge, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de hedge a qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objeto e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. 2.1.13. Financiamentos por arrendamento - a) **Ativo de direito de uso** - A Companhia reconhece seus ativos de direito de uso ao valor de custo deduzidos de qualquer depreciação, perda ou redução do valor recuperável e ajustado por qualquer mensuração do passivo. O custo do ativo de direito de uso compreende o valor inicial da mensuração do passivo de arrendamento, pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, custos iniciais incorridos e a estimativa de custos a serem incorridos para desmobilização do ativo. A Companhia deprecia seus ativos de direito de uso linearmente pelo prazo do arrendamento. b) **Passivos de arrendamento** - Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento ao valor presente dos pagamentos, utilizando a taxa de incremental sobre seus empréstimos porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A taxa incremental de financiamento foi calculada pela média ponderada pelo saldo devedor dos contratos de financiamentos ativos da Companhia. c) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo (aqueles em que o prazo seja igual ou inferior a 12 meses) ou de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos são reconhecidos como despesa. 2.1.14. Provisões - As provisões para garantia e provisão para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de



obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **a) Provisão para contingências:** O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingencial obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **b) Provisão para garantia:** O Grupo constitui provisão para garantia com a finalidade de cobrir gastos com reparos em empreendimentos durante o período previsto em seus contratos, com base no histórico de gastos incorridos. A provisão é constituída em contrapartida do resultado (custo dos imóveis vendidos), à medida que os custos de unidades vendidas são incorridos. Eventuais saldos remanescentes não utilizados da provisão são revertidos após o prazo contratual da garantia. O prazo médio da garantia é de aproximadamente 5 anos após a entrega do empreendimento imobiliário. **2.1.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Grupo estrutura suas operações em entidades em propósitos específicos (Sociedades de Propósitos Específicos - SPE e Sociedades em Conta de Participação - SCP), que tem como objeto social a construção e venda de unidades imobiliárias. A Companhia realiza a apuração e o recolhimento da tributação das receitas relacionadas às vendas de unidades imobiliárias pelo regime de caixa, não pelo regime de competência, conforme está estabelecido pela Instrução Normativa emitida pela Secretaria da Receita Federal de nº 84/79. Adicionalmente, essas sociedades de propósitos específicos são tributadas pelo lucro presumido, e a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% (incorporação imobiliária, inclusive atualização monetária) e 32% (prestação de serviços), a da contribuição social à razão de 12% (incorporação imobiliária) e 32% (prestação de serviços) e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição. O Grupo vem optando pelo Regime Especial de Tributação (RET) aplicado às incorporadoras. Para isto, se faz necessário o atendimento a algumas normas relativas ao patrimônio de afetação conforme IN RFB 1.435 de 30 de dezembro de 2013. Essa norma nos permite ter uma carga tributária que chega a 4% para as incorporações. A Direcional Engenharia S.A. ("holding") é tributada pelo lucro real, e o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios contábeis estabelecidos pela legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Uma das principais diferenças temporárias corresponde à diferença de apuração das receitas pelo regime fiscal (regime de caixa) e pelo regime societário (competência). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.1.16. Benefícios a empregados - a) Remuneração com base em ações:** O Grupo opera dois planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio. Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **b) Participação nos lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **2.1.17. Capital social** - As ações ordinárias e as preferências são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.1.18. Reconhecimento da receita** - A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. **a) Unidades imobiliárias concluídas:** Nas vendas a prazo de unidade concluída, o resultado é apropriado no momento da assinatura da promessa de compra e venda, nesse momento os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade são transferidos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Os juros prefixados e a variação monetária são apropriados de forma *pro rata temporis* ao resultado, na rubrica "Receitas financeiras", observando o regime de competência, independentemente de seu recebimento. **b) Unidades imobiliárias em construção:** A Companhia adotou a metodologia de reconhecimento de receitas pelo POC por entender que essa sistemática é a melhor forma de demonstrar os resultados do seguimento, pois é possível acompanhar os resultados durante o processo de construção, isso permite uma análise concreta do resultado dos empreendimentos. Para garantir que não haja distorções relevantes nesse processo, a Companhia utiliza ERP robusto onde são registradas todas as transações financeiras, todo o processo de suprimento também é informatizado, desde a cotação até o acompanhamento das entregas, todas as operações de pagamentos são realizadas mediante definições de alçadas, todo o processo de fechamento contábil é informatizado, realizamos mensalmente comitê para validação dos orçamentos e definições de desvios apontados, os orçamentos somente são enviados para a contabilidade após a validação desse comitê, dessa forma a Companhia entende ter segurança nas informações para a aplicação do POC. Nas vendas de unidades não concluídas, foram observados os procedimentos e normas estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 47 "Receita de contrato com cliente" para o reconhecimento da receita de venda de bens com a transferência continuada de riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade. Os seguintes procedimentos são adotados para o reconhecimento da receita de vendas das unidades em construção: O custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o custo do terreno, é apropriado integralmente ao resultado. É apurado o percentual do custo incorrido das unidades vendidas, incluindo o terreno, em relação ao seu custo total orçado (POC), sendo esse percentual aplicado sobre o valor justo da receita das unidades vendidas (incluindo o valor justo das operações efetuadas em permuta de terrenos), ajustada segundo as condições dos contratos de venda, o qual prevê a atualização monetária dos valores a receber de acordo com o Índice Nacional da Construção Civil (INCC), sendo assim determinado o montante da receita de venda a ser reconhecida. Os montantes da receita de venda apurados, incluindo a atualização monetária do contas a receber, líquido das parcelas já recebidas (incluindo o valor justo das permutas efetuadas por terrenos), são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. O valor justo da receita das unidades vendidas é calculado a valor presente com base na maior taxa identificada na comparação entre a taxa média de captação de empréstimos e financiamentos da Companhia, expurgada a inflação, e a taxa da NTN-B, desde o momento da assinatura do contrato até a data prevista para a entrega do imóvel. A partir da entrega do imóvel, sobre as contas a receber passa a incidir juros de 12% ao ano, acrescido de atualização monetária pelo IPCA. A taxa de juros para remuneração de títulos públicos indexados pelo IPCA é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao novo valor justo para determinação da receita a ser apropriada, sobre o qual será aplicado o POC. Os juros e encargos financeiros, de financiamento de obras e aquisição de terrenos, são apropriados ao custo do empreendimento, sendo apropriados ao resultado de acordo com as unidades alienadas, não interferindo na determinação do percentual do custo incorrido em relação ao custo total orçado (POC). **c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento. **2.1.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do

exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em assembleia geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.1.20. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas pela Companhia**

Pronunciamento	Descrição
Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.	As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto significativos nas demonstrações financeiras da companhia.
Alteração no CPC 11: Contratos de Seguro	Alterações na base para determinar os fluxos de caixa contratuais como resultado da reforma da taxa de juros de referência.

2.1.21. Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 50 - Contratos de Seguro	Correlação às normas internacionais de contabilidade - IFRS 17. Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.
IAS 1	Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-Circulante.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.
IAS 8	Definição de estimativas contábeis - Esclarece a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, esclarece como as entidades usam as técnicas de medição e <i>inputs</i> para desenvolver as estimativas contábeis.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.

2.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção:** Para fins de aplicação da política contábil de reconhecimento de receita de unidades imobiliárias em construção, a administração segue a CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. A Companhia e suas controladas usam o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de venda de unidades nos empreendimentos de incorporação imobiliária e na prestação de serviços. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos a serem incorridos até o término da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias pertencentes a cada empreendimento de incorporação imobiliária para estabelecer uma proporção em relação aos custos já incorridos. A receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelo valor justo da receita das vendas já contratadas. Dessa forma, a receita é reconhecida continuamente ao longo da construção do empreendimento de incorporação imobiliária. Essa determinação requer um julgamento significativo por parte da administração. **b) Custo orçado das obras:** Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são revisados periodicamente no decorrer das obras, e o efeito destas revisões nas estimativas afeta o resultado da Companhia e suas controladas, como descrito acima na Nota 2.1.17 (b) Reconhecimento da receita. **c) Provisão para contingências:** A Companhia reconhece provisão para demandas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia e suas controladas são periodicamente fiscalizadas por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de vigilância sanitária. Não é possível garantir que essas autoridades não autuaram a Companhia e suas controladas, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado final tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais. **d) Teste de recuperabilidade do estoque:** Anualmente a Companhia submete seu estoque de unidades concluídas ao teste de recuperabilidade, para avaliar se o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável da unidade é determinado pelo preço de mercado atual de venda das unidades similares às que estão sendo objeto do teste, deduzido do valor estimado do custo para realização da venda dessa unidade. Se o valor recuperável for inferior ao valor de custo, a Companhia realiza a baixa do excedente. **e) Provisão para Perda:** A Companhia avalia periodicamente seu custo a receber a fim de identificar valores que não serão realizados, valores já identificados como perda ou valores que podem não se realizar no futuro. A Companhia utiliza o método de perda potencial para determinar o valor da provisão para perda estimada, avaliando as vendas que possuem contas a receber vencido a mais de 90 dias.

3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	1.332	1.563	239.215	217.303
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	285.883	415.067	484.739	514.266
Total	287.215	416.630	723.954	731.569

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas por meio de fundos de investimento ou em operações realizadas diretamente com instituições financeiras de primeira linha. A Companhia tem por política aplicar seus recursos em fundos ou diretamente, em instrumentos financeiros de natureza conservadora e de alta liquidez. Essas aplicações financeiras têm rendimento atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com remuneração que varia entre 95,34% e 108,00% do CDI, conforme natureza e prazo de cada instrumento. Em 31 de dezembro de 2021, a rentabilidade média bruta acumulada das aplicações financeiras da Companhia no ano de 2021 foi de 104,27% do CDI.

3.2. Aplicações financeiras

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações em letra financeira Tesouro (Títulos Públicos)	251.412	97.507	252.985	128.391
Letras financeiras (Títulos Privados)	71.925	96.739	72.221	66.969
Total	323.337	194.246	325.206	195.360

A Companhia possui fundos de investimentos restritos a empresas do Grupo, administrados por instituições bancárias de primeira linha, que visam assegurar investimentos em instrumentos de perfil conservador, que garantam preservação do capital. Os fundos instituídos possuem o propósito de acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), realizando aplicações em títulos de renda fixa, títulos públicos de outras instituições financeiras e fundos de investimentos abertos, que privilegiem liquidez e possibilitem o melhor retorno financeiro dentro dos limites de riscos preestabelecidos.

4. Contas a receber

4.1. Contas a receber operacional

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber por incorporação de imóveis	4.215	3.499	170.034	176.015
Unidades concluídas	-	-	329.174	192.288
Unidades não concluídas	-	-	2.126	1.425
Contas a receber por venda de terrenos	-	-	(25.536)	(17.030)
(-) Provisão para perdas de contas a receber	-	-	(14.741)	(4.702)
(-) Ajuste a valor presente	4.215	3.499	461.057	347.996

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber por prestação de serviço	-	-	1.476	923
Intermediação imobiliária	5.802	3.623	11.323	25.170
Construção por empreitada	2.349	183	2.490	1.355
Outros serviços	8.151	3.806	15.289	27.448
Total	12.366	7.305	476.346	375.444

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	11.340	6.540	231.761	246.717
Não circulante	1.026	765	244.585	128.727

A Companhia reconhece provisão para perda sobre o seu contas a receber, abaixo a movimentação do saldo da provisão para perda:

	31/12/2020	(-) Provisão	(+) Reversão	31/12/2021
Movimentação PDD	(17.030)	(28.973)	20.467	(25.536)

Em decorrência dos critérios de reconhecimento de receita, o saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está integralmente refletido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, uma vez que o seu registro é limitado à parcela da receita reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas. Na Nota 17 (a) são apresentados os saldos a receber não reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia efetuou o cálculo a valor presente das contas a receber para unidades não concluídas e contabilizou o montante considerando a taxa média de desconto de 5,04% a.a., que é representado pela taxa média de captação de empréstimos e financiamentos pela companhia, descontada do IPCA. As contas a receber de venda de imóveis são atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC) até a averbação do Habite-se ou taxa pré-fixada equivalente ao INCC. Após a averbação do Habite-se são atualizadas, em sua maior parte, pelo IPCA e há incidência de juros de 12% a.a. ou taxa pré-fixada equivalente ao IPCA + 12% a.a. Em 15 de dezembro de

2020, a Companhia celebrou, através de suas controladas, um instrumento de Cessão de Crédito Imobiliário junto a True Securitizadora S.A. O valor líquido da operação foi de R\$116.968. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber referente a essa operação era de R\$156. Em 30 de março de 2021, a Companhia celebrou, através de suas controladas, um novo instrumento de Cessão de Crédito Imobiliário junto a ISEC Securitizadora S.A. O valor líquido da operação foi de R\$38.920. Em 21 de abril de 2021, o saldo foi integralmente recebido. Em 13 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou, através de suas controladas, um novo instrumento de Cessão de Crédito Imobiliário junto a True Securitizadora S.A. O valor líquido da cessão foi de R\$100.789. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber era de R\$6.953. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as contas a receber de incorporação de imóveis e prestação de serviços, que estão classificados no ativo circulante, apresentaram os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer		
até 3 meses	97.924	120.965
de 3 a 6 meses	26.915	25.179
de 6 a 9 meses	27.090	25.401
de 9 meses a 1 ano	38.572	36.136
	190.501	207.681
Vencidos		
até 1 mês	8.847	13.293
de 1 a 2 meses	1.486	917
de 2 a 3 meses	936	4.201
de 3 a 4 meses	1.066	1.671
de 4 a 6 meses	1.309	754
Acima de 6 meses	27.616	18.200
	41.260	39.036
	231.761	246.717

Os títulos a vencer classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 possuem o seguinte fluxo de recebimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Entre 1 e 2 anos	153.089	63.898
Até 3 anos	52.957	39.435
Até 4 anos	12.548	9.207
Após 4 anos	25.991	16.187
	244.585	128.727

4.2. Outras contas a receber

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber por Alienação de cotas	10.258	70.685	17.540	80.685
	10.258	70.685	17.540	80.685
Circulante	10.258	40.000	17.540	50.000
Não circulante	-	30.685	-	30.685

Abaixo a movimentação do saldo do contas a receber por alienação de cotas:

	Individual	Consolidado
31/12/2020	70.685	80.685
(+) Alienação de cotas	154.426	203.957
(+/-) Correções	330	330
(-) Recebimentos	(215.183)	(267.432)
31/12/2021	10.258	17.540

Em 3 de setembro de 2018, a Companhia vendeu a empresa Lago da Pedra Participações S.A. para um fundo de investimento imobiliário pelo valor de R\$183.156. O saldo a receber por essa venda foi liquidado em 19 de agosto de 2021. Nessa mesma data a Companhia exerceu o direito de recomprar a Lago da Pedra pelo valor de R\$8.098 pagos no momento do exercício da opção. Celebrou ainda um Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avanços e adquiriu a totalidade das ações pertencentes à Vila Alba Participações S.A., passando a ser única sócia da Lago da Pedra. Em 24 de maio de 2019, a Companhia vendeu todas as quotas da empresa Linha Verde Participações Ltda. para a LMN Empreendimentos e Participações Ltda. pelo valor de R\$19.000 que serão pagos em 19 parcelas fixas de R\$1.000. As 10 últimas parcelas estão condicionadas à emissão do alvará de construção no terreno integralizado na SPE vendida, a previsão é que até 30 de junho de 2022 o alvará tenha sido emitido. No 3º trimestre de 2021 foi realizado um acordo entre as partes e 3 parcelas das 10 remanescentes foram pagas, ficando apenas 7 condicionadas ao alvará. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$7.000. Em 30 de dezembro de 2020, a Companhia vendeu 51% da sua participação na Napoli Empreendimentos Imobiliários S.A. correspondente a 23.349.751 quotas, para a BDI Realty 05 Sociedade Patrimonial Ltda., pelo valor de R\$40.000, quitado em 12 de março de 2021. Em 10 de dezembro de 2020, a Riva Incorporadora S.A., controlada pela Companhia, vendeu 50% de sua participação na Osasco Lote 2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda para Eziec Empreendimentos e Participações S.A. pelo valor de R\$8.250. Em 31 de dezembro o saldo a receber é de R\$4.089. Em 2 de junho de 2021, realizou nova operação com a Eziec, com a venda de 50% da na Osasco Lote 2 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda, pelo valor de R\$9.250. Em 31 de dezembro o saldo a receber é de R\$5.950. Em 29 de junho de 2021, a Riva Incorporadora S.A. realizou a venda de 59,81% das quotas da Riva Incorporadora S/A - SCP SELETO para Grendene S.A. pelo valor de R\$40.000, quitado na data da negociação. Em 20 de agosto de 2021, a Companhia firmou um Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas com a Lago da Pedra S.A., através do qual realizou a venda da integralidade das quotas das SPEs Leme Empreendimentos Imobiliários Ltda, Xapuri Empreendimentos Imobiliários Ltda, Valença Empreendimentos Imobiliários Ltda e Itaguaitins Empreendimentos Imobiliários Ltda pelo valor de R\$89.617, quitado em 19 de novembro de 2021. Em 20 de agosto de 2021, a Companhia efetuou nova operação de venda da empresa Lago da Pedra Participações S.A. para um novo fundo imobiliário, vendendo 90% das cotas pelo valor de R\$55.051. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2021 é de R\$501. Em 03 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a venda de 100% das quotas da SPE Braga Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo valor de R\$6.822, sendo esse o saldo a receber em dezembro de 2021. Em 13 de abril de 2021, a Companhia realizou a venda de 100% das quotas da SPE Nova Brasília Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo valor de R\$8, sendo esse o saldo a receber em 31 de dezembro de 2021. Em 09 de março de 2021, a Companhia realizou a venda de 100% das quotas da SPE Verona Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo valor de R\$2.927, sendo esse o saldo a receber em 31 de dezembro de 2021. Em 18 de outubro de 2021, a Riva Incorporadora S.A. realizou a venda de 50% das quotas da SPE Verona Empreendimentos Imobiliários Ltda, pelo valor de R\$1.788, quitado em novembro de 2021.

4.3. Outros Créditos

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber por venda de imobilizado	7.272	9.917	7.272	9.917
Adiantamentos diversos	17.700	17.764	18.020	17.764
Créditos junto a cliente	39.736	27.046	49.155	30.091
Derivativos a receber	-	7.005	-	7.005
Mútuos a receber	21.243	10.000	21.243	10.000
Prospecção para novos negócios	6.470	4.872	8.927	5.030
Despesas comerciais antecipadas	27	19	26.638	19.547
Despesas financeiras antecipadas	-	-	32.891	11.982
Demais créditos	58.925	5.880	77.776	14.821
Total	151.373	82.503	242.022	126.157
Curto Prazo	130.126	72.499	220.565	115.943
Longo Prazo	21.247	10.004	21.457	10.214

5. Estoques

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis concluídos	181	1.369	77.447	109.857
Imóveis em construção	-	-	660.864	702.778
Terrenos a incorporar	97.322	72.457	2.795.716	2.526.634
	97.503	73.826	3.534.027	3.339.269

Circulante	181	1.369	1.230.591	1.268.195
Não circulante	97.322	72.457	2.303.436	2.071.074

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos de estoques de imóveis concluídos foram submetidos a testes de valor realizável líquido. O saldo total de ajuste ao valor realizável em dezembro de 2021 é de R\$3.056 (R\$3.597 em dezembro de 2020).

	Individual	(+) Ajuste a Valor recuperável Líquido	(-) Reversão de Ajuste a valor recuperável Líquido	31/12/2021
31/12/2020	-	-	-	-
Individual	(3.597)	(36)	-	(3.596)
Controladas	(3.597)	(36)	-	(3.596)
Consolidado	(3.597)	(36)	-	(3.596)

5.1. Juros capitalizados: Os juros incorridos referentes aos financiamentos à produção estão contabilizados nas rubricas de "Imóveis em construção" e "Imóveis concluídos" de acordo com o OCP 01, e estes são apropriados ao resultado em decorrência das vendas. Em 31 de dezembro de 2021 foram capitalizados nas contas de estoques, juros no montante de R\$2.604 (R\$2.473 para o período findo em 31 de dezembro de 2020), ainda permanece capitalizado no estoque o montante de R\$6.929 (R\$8.402 em 31 de dezembro de 2020), referente às unidades não vendidas. A taxa média utilizada para a capitalização dos juros foi de 9,70% em dezembro de 2021 (5,98% no



Passivo	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo junto a sócios de empreendimentos (a)	325	3.825	8.264	23.022
Conta corrente com empreendimentos (b)	10.416	29.026	6.336	-
	10.741	32.851	14.600	23.022
Circulante	10.741	14.605	14.600	23.022
Não circulante	-	18.246	-	-

(a) Créditos e passivos juntos a sócios de empreendimentos: A Companhia realiza operações de mútuos com alguns parceiros de empreendimentos, geralmente acionistas não controladores das referidas SPEs. Essas operações se liquidam no encerramento da construção. Tais operações são corrigidas pelo CDI acrescido de *spread* de até 4,13% a.a. ou pelo IGPIM acrescido de *spread* de até 1% a.m. Essas operações estão garantidas pelo resultado obtido nos empreendimentos, de forma que os direitos de participação no resultado dos sócios estão condicionados à liquidação das operações. No exercício de 2020 a companhia reconheceu uma provisão para perda no valor de R\$5.240 referente ao crédito junto a um parceiro específico. Não houve provisão adicional em 31 de dezembro de 2021. (b) Conta corrente com empreendimentos: tais operações são exclusivamente relacionadas ao aporte de recursos para a construção, sobre as quais não incide remuneração. Em 17 de fevereiro de 2021 a Riva realizou redução de capital social para restituição de capital aos acionistas no valor de R\$86.531, sendo R\$85.666 em favor da companhia. Em 30 de junho de 2021 foram pagos R\$40.000 e em 05 de novembro de 2021 foram pagos R\$18.246 do saldo da redução de capital realizada em 17 de fevereiro de 2021 em favor da companhia. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber da Riva era de R\$28.286. A companhia ainda possui R\$27.092 a receber de outras controladas a título de redução de capital social. Resultado: A Companhia realiza o fretamento de aeronaves da ALVG Investimentos e Participações Ltda. ("ALVG") para locomoção dos executivos durante a realização das atividades relacionadas aos negócios. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos valores médios mensais de R\$209 referente à locação de aeronaves. A ALVG é uma empresa controlada pelo mesmo grupo de controle da Direcional. A Companhia realizou em 10 de dezembro de 2014 a alienação e locação do imóvel onde instalou sua sede social através de um contrato com vigência de 12 anos, firmado com o Fundo de Investimentos BRL Edifícios Comerciais que adquiriu esse imóvel. Essa operação foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e realizada a valor de mercado, conforme avaliação efetuada pela CB Richard Ellis (CBRE). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos valores médios mensais de R\$591 (31 de dezembro de 2020 - valores mensais de R\$563) referente à locação do imóvel. O referido fundo de investimento é controlado pelo mesmo grupo de controle da Direcional. Durante a avaliação dos contratos de arrendamento para a adoção do CPC 06 (R2)/ IFRS 16, identificamos que o contrato de locação do imóvel atendia aos requisitos da norma, sendo assim, foi contabilizado o valor da dívida líquida descontada a taxa incremental dos empréstimos da Companhia no imobilizado de direito de uso em contrapartida ao passivo a pagar de arrendamentos. **6.2. Remuneração da administração e do Conselho Fiscal:** As tabelas abaixo mostram a remuneração anual total para os administradores e conselheiros (i) realizada no período de 2021, e (ii) realizada no período de 2020.

2021				
Realizada no exercício de 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria estatutária	Total
Número de membros (*)	7	3	6	16
Remuneração fixa anual (R\$)	1.610	157	3.320	5.087
Remuneração variável (R\$)	337	-	1.871	2.208
Remuneração baseada em opções de ações (R\$) (**)	42	-	716	758
	1.989	157	5.907	8.053

2020				
Realizada no exercício de 2020	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria estatutária	Total
Número de membros (*)	7	3	6	16
Remuneração fixa anual (R\$)	1.378	141	2.555	4.074
Remuneração variável (R\$)	-	-	416	416
Remuneração baseada em opções de ações (R\$) (**)	13	-	1.028	1.041
	1.391	141	3.999	5.531

(*) O número de membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular CVM/SEP nº 02/2020. (**) A remuneração baseada em opções de ações da Riva é realizada mediante outorga do plano de opções de ações da Companhia. O valor da remuneração em 2020 foi de R\$323. Para o exercício de 2021, o valor de remuneração foi de R\$386. A Companhia também remunera seus Administradores através de plano de opções de ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 22. A Companhia não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios pós-emprego.

7. Investimentos

a) Abaixo a movimentação dos saldos mais relevantes de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021

Empresas Controladas	Participação	Dividendos/		Equivalência		Subscrição (redução) de capital/AFAC	31/12/2021
		31/12/2020	Amortização	Patrimonial	Patrimonial		
RIVA INCORPORADORA S/A	94,50%	157.432	(14.357)	1.575	160.827	305.477	
CANARIO ENGENHARIA LTDA.	100,00%	76.872	-	(5.026)	20.598	92.444	
ITAPEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	99,90%	31.981	-	31.065	(7.643)	55.643	
DIRECIONAL TAGUATINGA ENGENHARIA LTDA	100,00%	43.339	(13.429)	21.299	1.975	53.184	
BELLA MOEDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	100,00%	44.443	-	(1)	25	44.467	
AZURITA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	35.891	-	(1.253)	(3.759)	30.879	
RIO LARGO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	30.440	-	6.036	(8.145)	28.331	
ARAGUACEMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	14.290	-	8.847	4.114	27.251	
CONSTANTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	24.949	-	1.269	(1.619)	24.599	
PARQUE DAS CEREJEIRAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	75,00%	11.902	-	4.923	7.524	24.349	
ARARI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	8.027	-	5.435	10.751	24.213	
SAQUAREMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	13.993	-	103	9.837	23.933	
ARANTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	9.728	-	4.204	9.108	23.040	
COLINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	100,00%	9.351	-	3.870	6.977	20.198	
ALCOBAÇA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA	99,90%	18.761	-	(7)	7	18.761	
SAO GOTARDO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	25.337	-	13.758	(20.505)	18.590	
VISTA SERRANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	14.046	-	6.396	(2.324)	18.118	
ALTO SANTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	26.472	(1.446)	7.742	(15.200)	17.568	
NOVA ALMENERA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	99,90%	5.587	-	3.864	7.601	17.052	
Outras Controladas	-	781.638	(72.649)	160.819	(281.203)	588.605	
Total Controladas:	-	1.384.479	(101.881)	275.158	(101.054)	1.456.702	
Total Controladora	-	72.579	(10.611)	14.255	(13.912)	62.311	
Controladas em Conjunto e coligadas (na controladora)	-	1.457.058	(112.492)	289.413	(114.966)	1.519.013	
Controladas em Conjunto e coligadas (em controladas)	-	72.579	(10.611)	14.255	(13.912)	62.311	
Total Consolidado	-	485	(840)	3.304	52.720	55.669	
	-	73.064	(11.451)	17.559	38.808	117.980	

(a) As vendas de participações societárias no período resultaram em uma baixa de R\$123.692 no individual e R\$182.783 no consolidado que refere-se ao custo dos investimentos vendidos. (b) Conforme mencionado na nota 6.1 item b, o capital social da Riva foi reduzido e R\$85.666 foram provisionados para devolução ao sócios em momento oportuno.

b) Abaixo a composição dos saldos das controladas e controladas em conjunto de 31 de dezembro de 2021

Empresas Controladas	Participação	Não Circulante		Não Circulante		Patrimônio Líquido	
		Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Riva Incorporadora S/A	100,00%	100.433	469.770	97.933	149.607	322.663	
Canario Engenharia Ltda.	100,00%	121.404	4.049	6.448	26.561	92.444	
Itapeema Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	99,90%	50.338	66.511	8.589	52.561	55.699	
Direcional Taguatinga Engenharia Ltda	100,00%	45.231	29.498	12.444	9.101	53.184	
Bella Moeda Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	-	44.471	4	-	44.467	
Alto Buntis Participações Societárias Ltda	60,00%	4.401	34.519	1.240	-	37.680	
Manauara Vii Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100,00%	29.497	6.043	617	363	34.560	
Coroados Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	37.843	9.116	5.118	9.145	32.696	
Parque Das Cerejeiras Empreendimentos Imobiliários Ltda	75,00%	35.130	3.033	2.259	3.439	32.465	
Riacho Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda	95,87%	18.630	25.729	3.742	8.993	31.624	
Altos Pilares Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	22.328	7.624	9	-	29.943	
Rio Largo Empreendimento Imobiliários Ltda	99,90%	32.870	1.270	5.015	766	28.359	
Araguacema Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	25.854	5.232	3.306	501	27.279	
Direcional Santo Antônio Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	1	26.487	13	-	26.475	
Novo Hamburgo Empreendimentos Imobiliários Ltda	50,00%	40.016	3.488	3.420	13.796	26.288	
Bello Villarrinho Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	50,00%	17.830	9.037	1.679	150	25.038	
Santa Ines Empreendimentos Imobiliários Ltda	100,00%	44.881	58.707	3.623	75.118	24.847	
Constantina Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	27.557	1.561	4.182	312	24.624	
Arari Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	26.013	10.159	2.740	9.195	24.237	
Saquarema Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	16.386	29.572	456	21.545	23.957	
Arantina Empreendimentos Imobiliários Ltda	99,90%	26.364	6.721	3.124	6.898	23.063	
Grauna Incorporadora S/A	100,00%	26.694	1.455	2.957	2.574	22.618	
Colina Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda	100,00%	28.923	3.397	2.820	9.302	20.198	
Nova Itabora Empreendimentos Imobiliários Ltda - Scp Confisco	50,00%	18.192	4.168	1.457	2.110	18.793	
Outras Controladas	-	1.304.188	2.045.267	305.134	2.122.148	922.173	
TOTAL CONTROLADAS	-	2.101.004	2.906.884	478.329	2.524.185	2.005.374	
CONTROLADAS EM CONJUNTO	-	200.429	126.364	54.408	56.800	215.585	

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, 51,23% e 48%, respectivamente, dos ativos da Companhia estão inseridos na estrutura de segregação patrimonial, conforme estabelecido pela Lei nº 10.931/04.

8. Imobilizado

Individual	Máquinas e equipamentos		Formas de alumínio		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de informática		Benfeitorias em imóveis de terceiros		Ativos de direito de uso		Outros		Total imobilizado	
	10%	(b)	10%	(b)	10%	(b)	20%	(b)	20%	(b)	8,33%	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)
Taxas de depreciação	10%	(b)	10%	(b)	10%	(b)	20%	(b)	20%	(b)	8,33%	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)	(c)	(b)
Custo	12.161	116.092	3.540	779	7.071	9.152	50.294	225	199.314									
Saldo em 31/12/2020	25	28.424	28	-	1.051	201	2.512	26	32.267									
Adições	-	-	-	-	-	-	-	(24)	(24)									
Baixas	12.186	144.516	3.568	779	8.122	9.353	52.806	227	231.557									
Saldo em 31/12/2021	(11.267)	(99.310)	(2.252)	(734)	(4.104)	(4.449)	(14.414)	(201)	(136.731)									
Depreciação	(462)	(16.778)	(279)	(19)	(848)	(802)	(7.608)	(22)	(26.818)									
Saldo em 31/12/2020	-	-	-	-	-	-	-	3	3									
Depreciação do período	(11.729)	(116.088)	(2.531)	(753)	(4.952)	(5.251)	(22.022)	(220)	(163.546)									
Saldo em 31/12/2021	894	16.782	1.288	45	2.967	4.703	35.880	24	62.583									
Valor contábil	457	28.428	1.037	26	3.170	4.102	30.784	7	68.011									
Em 31/12/2020																		
Em 31/12/2021																		

Consolidado

Taxas de depreciação	Máquinas e equipamentos		Formas de alumínio		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamentos de informática		Benfeitorias em imóveis de terceiros		Estande de vendas		Ativos de direito de uso		Outros		Total imobilizado	
	10%	(b)	10%	(b)	10%	(b)	20%	(b)	20%	(b)	8%	(a)	(c)	(a)	(c)	(a)	(c)	(a)	(c)	(a)
Custo	23.936	120.448	8.005	2.458	12.698	9.221	79.890	51.761	1.262	309.679										
Saldo em 31/12/2020	240	28.423	634	-	1.888	682	21.868	2.510	26	56.271										
Adições	(206)	-	(10)	-	(48)	-	(1.747)	-	(28)	(2.039)										
Baixas	23.970	148.871	8.629	2.458	14.538	9.903	100.011	54.271	1.260	363.911										
Saldo em 31/12/2021	(20.705)	(102.200)	(5.573)	(2.392)	(8.052)	(4.472)	(60.686)	(14.795)	(1.210)	(220.085)										
Depreciação	(997)	(17.401)	(586)	(27)	(1.367)	(841)	(16.440)	(8.221)	(28)	(45.908)										
Saldo em 31/12/2020	102	-	3	-	27	-	1.009	-	16	1.157										
Depreciação do período	(21.600)	(119.601)	(6.156)	(2.419)	(9.392)	(5.313)	(76.117)	(23.016)	(1.222)	(264.836)										
Saldo em 31/12/2021	3.231	18.248	2.432	66	4.646	4.749	19.204	36.966	52	89.594										
Valor contábil	2.370	29.270	2.473	39	5.146	4.590	23.894	31.255	38	99.075										
Em 31/12/2020																				
Em 31/12/2021																				

(a) Os estandes de vendas são depreciados de acordo com o fluxo estimado de venda de cada empreendimento, baixado ou por desativação deste. (b) Para a depreciação das formas de alumínio utilizadas no processo construtivo das unidades, a Companhia utiliza o método de depreciação por unidade produzida que resulta em despesa baseada na produção realizada. (c) Os ativos de direito de uso são depreciados de forma linear de acordo com o prazo de vigência de cada contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso da Companhia é composto por móveis, veículos e máquinas e equipamentos. O ativo arrendado de maior relevância é a sede administrativa da Companhia. A Companhia e suas controladas possuem 29 contratos de arrendamento mercantil financeiro, relativos à aquisição de formas de alumínio. O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$148.871 (R\$120.448 em 31 de dezembro de 2020). Ocorr



Abaixo a composição do saldo de arrendamento por período de vencimento das parcelas:

	31/12/2021	
	Individual	Consolidado
Vencimento até 1 ano	9.339	10.088
Vencimento entre 1 e 2 anos	6.867	6.924
Vencimento entre 2 e 3 anos	6.133	6.185
Vencimento acima de 3 anos	11.985	12.020
	34.324	35.217

Na tabela abaixo demonstramos os efeitos da inflação projetada no saldo dos contratos de arrendamento:

	Contraprestação (sem inflação futura)	Contraprestação (com inflação futura)	Inflação não incorporada nas contratações
Consolidado			
1º ano	10.088	10.587	499
2º ano	6.923	7.315	392
3º ano	6.185	6.525	340
4º ano	5.773	6.088	315
5º ano	5.384	5.675	291
6º ano	864	912	48
	35.217	37.102	1.885

10. Obrigações trabalhistas

Composição do saldo de obrigações trabalhistas:

Descrição	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e retiradas a pagar	2.249	1.431	6.338	5.019
Encargos trabalhistas e previdenciários	2.032	1.839	5.332	5.557
Provisões trabalhistas	6.988	5.879	17.612	16.221
Outros	1.380	488	2.545	1.456
	12.649	9.637	31.827	28.253

11. Obrigações tributárias

Os saldos abaixo são compostos pela provisão dos impostos correntes cujo fato gerador é a realização do contas a receber, e também pela provisão dos impostos diferidos que ocorre pelo reconhecimento da receita pelo método POC no qual o recebimento do contas a receber está diferido ao longo do fluxo de cada contrato:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos correntes				
PIS	157	75	238	118
COFINS	853	384	1228	581
Regime especial de tributação	-	-	11.027	11.358
IRPJ	-	-	703	205
CSLL	-	-	331	100
Outros	411	204	3.093	2.598
	1421	663	16.620	14.960

Impostos diferidos

PIS	6	3	1.783	1.437
COFINS	26	16	8.176	6.219
AVP	-	-	(605)	(199)
IRPJ	18	11	6.031	4.632
CSLL	9	6	3.159	2.426
Outros	-	-	(369)	(654)
	59	36	18.175	13.861
	1480	699	34.795	28.821
	1480	663	25.094	25.227

Circulante

Não circulante

12. Credores por imóveis compromissados

Demonstra as contas a pagar decorrentes da aquisição de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo os próprios terrenos parte da garantia. Esses contratos são corrigidos pelo INCC.

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Individual	69.577	98.287	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	69.577	-	-	-

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Consolidado	1.955.649	529.062	(184.698)	(16.130)
	-	-	-	-
Circulante	77.434	-	-	-
Não circulante	1.878.215	-	-	-

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Aging list:				
Até 1 ano	-	-	62.779	77.434
Entre 1 e 2 anos	-	-	1.289.516	932.308
Entre 2 e 3 anos	-	-	446.073	575.383
Entre 3 e 4 anos	-	-	105.703	134.342
Após 4 anos	-	-	218.926	236.182
	-	-	2.122.997	1.955.649

13. Adiantamento de clientes

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Adiantamento por permuta física de terreno (i)	380	28.422	-	(1.716)
Adiantamento por recebimento (ii)	2.362	-	(2.362)	-
Total adiantamentos	2.742	28.422	(2.362)	(1.716)
Circulante	2.362	-	-	-
Não circulante	380	-	-	-

	Individual		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Adiantamento por permuta física de terreno (i)	374.392	106.443	(18.930)	1.805
Adiantamento por recebimento (ii)	20.657	24.528	(32.196)	-
Total adiantamentos	395.049	130.971	(51.126)	1.805
Circulante	22.249	-	-	-
Não circulante	372.800	-	-	-

(i) Compromisso de entrega de unidades prontas e acabadas de empreendimentos imobiliários, decorrentes das aquisições de terrenos por meio de permuta que consiste na troca do terreno por unidades a construir;
(ii) Adiantamentos recebidos de clientes decorrentes de vendas de unidades imobiliárias.

14. Outras contas a pagar

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Débitos com clientes	6.571	4.202	9.760	6.236
Débitos com parceiros (a)	-	-	26.920	26.920
Contas a pagar por aquisições de participações societárias (b)	2.028	8.844	116.129	32.371
Dividendos propostos	-	-	417	-
Passivo a descoberto (c)	8.904	10.888	-	-
Derivativos a pagar	3.669	-	3.669	-
Outros	9.847	9.996	30.843	18.853
Total	31.019	33.930	187.738	84.380
Circulante	28.991	25.086	90.346	49.536
Não circulante	2.028	8.844	97.392	34.844

(a) Em 20 de abril de 2011, a Companhia realizou acordo comercial com investidor para desenvolvimento de projetos que serão realizados em quatro terrenos localizados no Distrito Federal, em troca de R\$44.300 recebidos em dinheiro sobre o qual não incide qualquer remuneração. Em dezembro 2012, foi viabilizado o projeto de um dos terrenos envolvidos no acordo comercial, o montante de R\$10.380 foi capitalizado na SPE Direcional Turquesa Empreendimentos Imobiliários, responsável pela incorporação, construção e vendas do empreendimento a ser construído. Em abril de 2014 foi capitalizado R\$7.000 na SPE Ouro Branco Empreendimentos Imobiliários Ltda., responsável pela construção e vendas do segundo empreendimento a ser construído. (b) Está representado nessa rubrica o saldo de contas a pagar pela aquisição de participação societária em empresas em que o grupo mantém investimentos. Em 15 de junho de 2021, a Companhia adquiriu 83,33% da participação da Jardim Santo Antonio Incorporação Imobiliária SPE Ltda pelo valor de R\$4.607, a ser pago em parcela única com vencimento em 15 de junho de 2024. Em 05 de maio de 2021, a Riva Incorporadora S.A., controlada da Direcional, adquiriu 100% da participação da empresa BPRE Assessoria Empresarial e Participações Ltda pelo valor de R\$86.564. O saldo a pagar em 31 de dezembro era de R\$76.364. Em 02 de junho de 2021, a Riva adquiriu 100% das cotas da Osasco Lote 3 Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., pelo valor de R\$18.500, sujeito

a correção das parcelas pelo IPCA. O saldo devedor em 31 de dezembro era de R\$15.404. Em 23 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu a integralidade das quotas das empresas Muqui, Mirante, Guarnios, Arapiraca, Mar Turmalina e Lagoa pelo valor de R\$28.163, quitado na mesma data. (c) Está representado nessa rubrica o saldo de investimentos em controladas ou controladas em conjunto que estão com patrimônio líquido negativo.

15. Provisões

15.1. Provisão para garantia

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo 31/12/2020	4.244	38.907	-	-
(+) Provisões	1.684	26.467	-	-
(-) Reversão/baixas	(1.104)	(1.250)	-	-
(-) Pagamentos	(2.566)	(23.930)	-	-
Saldo 31/12/2021	2.258	40.194	-	-

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	2.258	3.687	28.143	27.377
Não circulante	-	557	12.051	11.530
	2.258	4.244	40.194	38.907

A Companhia constitui provisões para gastos com as garantias durante o período de construção, apenas para unidades já comercializadas, de forma que eventuais custos incorridos com manutenção, após a entrega das chaves das unidades imobiliárias, serão deduzidos da provisão constituída. As constituições das provisões para garantia de obra estão fundamentadas nas avaliações das saldas históricas de caixa, referentes a gastos com manutenções, que representam o custo orçado de cada empreendimento em média para as obras de incorporação 1,21% e para as obras de serviços 0,97% em dezembro de 2021.

15.2. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

	Individual			
	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2.583	1.746	4.329
Provisões	-	903	2.186	3.089
Reversões	-	(932)	(1.259)	(2.191)
Pagamentos	-	(783)	(389)	(1.172)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.771	2.284	4.055

	Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	112	11.501	17.529	29.142
Provisões	-	4.668	13.335	18.003
Reversões	(10)	(5.548)	(6.606)	(12.164)
Pagamentos	-	(3.113)	(7.860)	(10.973)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	102	7.508	16.398	24.008

A Companhia está envolvida em outros processos tributários, cíveis e trabalhistas surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, na opinião da Administração e de seus assessores legais, possuem expectativa de perda classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2021, os valores consolidados são: trabalhista R\$15.952, tributário R\$14.564 e cível R\$144.930. Consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para eventualmente fazer face ao eventual desfecho desfavorável destes.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social: Em maio de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia o cancelamento de 3.398.749 (três milhões, trezentas e noventa e oito mil, setecentas e quarenta e nove) ações ordinárias mantidas em tesouraria. Já em dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a contratação de uma operação de derivativos referenciada em ações da Companhia, o que resultou em 4.000.000 de ações alienadas para a consumação dessa operação. Essa contratação foi celebrada com instituição financeira de primeira linha e terá duração máxima de 18 (dezoito) meses. Dessa maneira, o capital social da Companhia que é de R\$752.982, totalmente subscrito e integralizado, passa a ser dividido em 150.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 149.196.408 em circulação e 803.592 em tesouraria. O capital autorizado na data da divulgação de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é de R\$1.200.000. Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram cedidas 733.489 ações que estavam em tesouraria no âmbito dos Programas I e II de Matching de Ações e Programa 1 de Opções de Ações.

	Quantidade de ações		Ações em tesouraria		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
31 de dezembro de 2017	146.437.554	6.961.195	153.398.749	-	-	-
Ações em tesouraria cedidas	556.486	(556.486)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2018	146.994.040	6.404.709	153.398.749	-	-	-
Ações em tesouraria cedidas	930.970	(930.970)	-	-	-	-
31 de dezembro de 2019	147.925.010	5.473.739	153.398.749	-	-	-
Ações em tesouraria cedidas	663.209	(663.209)	-	-	-	-
Recompra de ações	(1.882.500)	1.882.500	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	146.705.719	6.693.030	153.398.749	-	-	-
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(3.398.749)	(3.398.749)	-	-	-
Ações em tesouraria alienadas/cedidas	4.733.489	(4.733.489)	-	-	-	-
Recompra de ações	(2.242.800)	2.242.800	-	-	-	-
31 de dezembro de 2021	149.196.408	803.592	150.000.000	-	-	-

16.2. Ações em tesouraria: O Conselho de Administração aprovou cinco programas de recompra de ações de emissão da própria Companhia entre os anos de 2011 e 2021, objetivando a manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução do capital social, com o fim de maximizar valor para os acionistas. Foi adquirido o total de 12.769.705 ações, com desembolso de R\$110.416, ao preço médio de R\$8,65 por ação. Em maio de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 3.398.749 (três milhões, trezentas e noventa e oito mil, setecentas e quarenta e nove) ações ordinárias mantidas em tesouraria. Em dezembro de 2021, foi aprovado, pelo Conselho de Administração da Companhia, a contratação de uma operação de derivativos referenciada em ações da Companhia, o que resultou em 4.000.000 de ações alienadas para a consumação dessa operação e 803.592 ações em tesouraria. O valor total da operação foi de R\$50.760. 16.3. Reservas de capital: 16.3.1. Reserva de capital por outorga de opções de compra de ações - Conforme divulgado na Nota 22, a Companhia reconhece na referida rubrica os serviços recebidos em contrapartida da outorga de opções de compra de ações. Concomitantemente ao período das opções de ações. 16.4. Reserva de lucro: 16.4.1. Reserva legal - A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 16.4.2. Reserva de retenção de lucros - Constituída principalmente para a manutenção da capacidade de investimentos da Companhia e a execução de obras em curso. Adicionalmente, a Assembleia Geral Ordinária deliberará a respeito da destinação do montante excedente de reservas de lucros em relação ao total do capital social, nos termos descritos no artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 11.638/2007). 16.4.3. Distribuição de dividendos - Aos detentores de ações ordinárias é assegurado um dividendo mínimo e obrigatório de 25%, calculado com base no lucro líquido ajustado pelas variações patrimoniais das reservas, conforme legislação societária vigente. Em 5 de outubro de 2020, Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante estimado de R\$120.204, equivalentes à quantia de R\$0,81 (oitenta e um centavos) por ação, considerando a posição de 148.399.721 ações na data em questão, não incluídas as ações em tesouraria. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 09 de outubro de 2020. Os dividendos foram pagos no dia 20 de outubro de 2020, no valor total de R\$120.364, mantidas a equivalência de R\$0,81 (oitenta e um centavos) por ação. A variação entre o montante estimado e o pago deve-se às transferências de ações realizadas no âmbito do "Programa de Matching", o qual se configura no Plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações da Companhia. Em 10 de maio de 2021, Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários, no montante estimado de R\$100.152, equivalentes à quantia de R\$0,69 (sessenta e nove centavos) por ação, considerando a posição de 145.147.118 ações na data em questão, não incluídas as ações em tesouraria. Fizeram jus ao recebimento de dividendos os acionistas detentores de ações da Companhia na data-base de 19 de maio de 2021. Os dividendos foram pagos em junho de 2021, no valor total de R\$100.135, mantidas a equivalência de R\$0,69 (sessenta e nove centavos) por ação. No 3º trimestre de 2021 foi pago R\$12 mantidas a equivalência de R\$0,69 (sessenta e nove centavos) por ação totalizando R\$100.147 de dividendos pagos. A variação entre o montante estimado e o pago deve-se às transferências de ações realizadas no âmbito do "Programa de Matching", o qual se configura no Plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações da Companhia. 16.5. Lucro por ação: Os cálculos de lucro por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim demonstrados:

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro do período	159.504	113.073	-	-
Média ponderada do número de ações	145.377.671	148.297.470	-	-
Lucro líquido básico por ação - R\$	1,10	0,76	-	-
Média ponderada do número de ações	146.464.216	149.1174.527	-	-
Lucro líquido diluído por ação - R\$	1,09	0,76	-	-

16.6. Participações não controladoras: No período findo em 31 de dezembro de 2021, as variações no patrimônio líquido das controladas geraram uma redução de R\$4.039 no patrimônio líquido dos não controladores. No mesmo período, a participação dos acionistas não controladores no resultado foi de R\$49.256. As aquisições de participações junto aos acionistas não controladores geraram uma redução de R\$10.824 registrada diretamente no patrimônio líquido da controladora.

17. Receita líquida

	Individual		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	1.373	4.007	1.833.725	1.566.757
Receita bruta de serviços	44.543	44.013	81.549	72.006
Receita bruta total	45.916	48.020	1.915.274	1.638.763
Ajuste a valor presente	-	-	(11.353)	(2.176)
Impostos incidentes sobre vendas	(5.278)	(4.445)	(48.326)	(41.708)
Vendas canceladas	(374)	(1.624)	(79.215)	(94.156)
Receita operacional líquida	40.264	41.951	1.776.380	1.500.723

Os impostos incidentes sobre as vendas e serviços consistem no Programa de Integração Social

- (PIS) e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sendo (1,65% e 7,6%) para as receitas auferidas sob o regime da não cumulatividade, (0,65% e 3%) para as receitas auferidas sob o regime da cumulatividade, (0,37% e 1,71%) para as receitas auferidas sob o regime de tributação especial aplicado as construtoras e incorporadoras, e (0,09% e 0,44%) para as receitas vinculadas ao Programa Casa Verde e Amarela (PCVA) para unidades até R\$100. A Companhia reconheceu também como receita bruta do período referente aos empreendimentos em construção o montante de R\$18.930 em 31 de dezembro de 2021 e R\$10.266 em 31 de dezembro de 2020 referentes à apropriação de permutas por unidades a construir por terrenos. a) Resultado a apropriar -



de Habitação atrelados à TR, juros sobre empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos contratados junto ao BNDES (FINAME) atrelados à TJLP e TJ462 e juros de empréstimos de Capital de Giro, Leasing, Debêntures e CRI atrelados ao CDI e ao IPCA. Para gerenciar parte do risco de taxas de juros, a Companhia contrata diferentes swaps que objetivam trocar a variação do IPCA pelo CDI, com base no valor nominal referente aos CRIs indexados ao índice de preços. Esses instrumentos derivativos visam unicamente dar proteção às obrigações de dívida objeto do *hedge*. Risco de liquidez - A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, buscando manter um nível de disponibilidades suficiente para atender às suas necessidades. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Consolidado Entre dois e três anos	Acima de três anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021					
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	127.205	301.183	265.784	547.230	1.241.402
Fornecedores	92.054	5.958	-	-	98.012
Partes relacionadas (Nota 6.1)	14.600	-	-	-	14.600
Credores por imóveis compromissados (Nota 12)	62.779	1.289.516	446.073	324.629	2.122.997
Adiantamento por recebimento (Nota 13)	12.989	-	-	-	12.989

Não é esperado que fluxos de caixa incluídos nas análises de maturidade da Companhia e suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. Hoje a maior parte do contas a receber de clientes é repassada durante a construção do empreendimento por meio de financiamento associativo, as parcelas de vendas diretas, em sua maioria, são garantidas pelas próprias unidades. A parcela que não é garantida por meio da unidade, a companhia realiza provisão para perda estimada com base no seu histórico de inadimplência para essas parcelas. **Valor justo dos instrumentos financeiros por categoria** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A hierarquia dos ativos e passivos a valor justo da Companhia e suas controladas está divulgada abaixo:

	Nota	Individual 31/12/2021	Individual 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativos financeiros					
Custo amortizado		30.044	88.001	501.579	466.345
Contas a receber	4.1	12.366	7.305	476.346	375.444
Contas a receber por alienação de investimentos		10.258	70.685	17.540	80.685
Outras contas a receber	-	7.420	10.011	7.693	10.216
Valor justo pelo resultado (*)		610.552	617.881	1.049.160	933.934
Caixa e bancos	3.1	1.332	1.563	239.215	217.303
Equivalente de caixa	3.1	285.883	415.067	484.739	514.266
Aplicações financeiras	3.2	323.337	194.246	325.206	195.360
Derivativos a receber		-	7.005	-	7.005
Total dos ativos financeiros		640.596	705.882	1.550.739	1.400.279
Passivos financeiros					
Custo amortizado		1.258.543	1.161.366	3.677.738	3.222.330
Credores por imóveis compromissados	12	70.877	69.577	2.122.997	1.955.649
Adiantamento por recebimento	13	-	2.362	12.989	20.657
Empréstimos e financiamentos	9	1.137.359	1.015.116	1.241.402	1.031.168
Fornecedores	-	8.547	7.530	98.012	107.454
Partes relacionadas	6.1	10.741	32.851	14.600	23.022
Outras contas a pagar	14	31.019	33.930	187.738	84.380
Passivos financeiros		1.258.543	1.161.366	3.677.738	3.222.330

(*) Ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pelo valor justo pelo resultado com mensuração de Nível 2 na hierarquia de valor justo. Em 31/12/2021 o valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrado conforme tabela abaixo:

	Individual Valor contábil	Individual Valor justo	Diferença	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor justo	Diferença
Ativos financeiros	30.044	30.044	-	501.579	501.579	-
Custo amortizado	12.366	12.366	-	476.346	476.346	-
Contas a receber	10.258	10.258	-	17.540	17.540	-
Outras contas a receber	7.420	7.420	-	7.693	7.693	-
Valor justo por meio de resultado	610.552	610.552	-	1.049.160	1.049.160	-
Caixa e bancos	1.332	1.332	-	239.215	239.215	-
Equivalente de caixa	285.883	285.883	-	484.739	484.739	-
Aplicações financeiras	323.337	323.337	-	325.206	325.206	-
Total dos ativos financeiros	640.596	640.596	-	1.550.739	1.550.739	-

Passivos financeiros						
Custo amortizado	1.258.543	1.266.561	(8.018)	3.677.738	3.683.542	(5.804)
Credores por imóveis compromissados	70.877	70.877	-	2.122.997	2.122.997	-
Adiantamento por recebimento	-	-	-	12.989	12.989	-
Empréstimos e financiamentos	1.137.359	1.145.377	(8.018)	1.241.402	1.247.206	(5.804)
Fornecedores	8.547	8.547	-	98.012	98.012	-
Partes relacionadas	10.741	10.741	-	14.600	14.600	-
Outras contas a pagar	31.019	31.019	-	187.738	187.738	-
Passivos financeiros	1.258.543	1.266.561	(8.018)	3.677.738	3.683.542	(5.804)

Em 31/12/2020 o valor justo dos instrumentos financeiros está demonstrado conforme tabela abaixo:

	Individual Valor contábil	Individual Valor justo	Diferença	Consolidado Valor contábil	Consolidado Valor justo	Diferença
Ativos financeiros	88.001	88.001	-	466.345	466.345	-
Custo amortizado	7.305	7.305	-	375.444	375.444	-
Contas a receber	70.685	70.685	-	80.685	80.685	-
Outras contas a receber	10.011	10.011	-	10.216	10.216	-
Valor justo por meio de resultado	617.881	617.881	-	933.934	933.934	-
Caixa e bancos	1.563	1.563	-	217.303	217.303	-
Equivalente de caixa	415.067	415.067	-	514.266	514.266	-
Aplicações financeiras	194.246	194.246	-	195.360	195.360	-
Derivativos a receber	7.005	7.005	-	7.005	7.005	-
Total dos ativos financeiros	705.882	705.882	-	1.400.279	1.400.279	-

Passivos financeiros						
Custo amortizado	1.161.366	1.166.958	(5.592)	3.222.330	3.227.946	(5.616)
Credores por imóveis compromissados	69.577	69.577	-	1.955.649	1.955.649	-
Adiantamento por recebimento	2.362	2.362	-	20.657	20.657	-
Empréstimos e financiamentos	1.015.116	1.020.708	(5.592)	1.031.168	1.036.784	(5.616)
Fornecedores	7.530	7.530	-	107.454	107.454	-
Partes relacionadas	32.851	32.851	-	23.022	23.022	-
Outras contas a pagar	33.930	33.930	-	84.380	84.380	-
Passivos financeiros	1.161.366	1.166.958	(5.592)	3.222.330	3.227.946	(5.616)

A Administração entende que os instrumentos financeiros, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. A Companhia contratou um derivativo, *SWAP*, para se proteger de uma dívida contraída em Euro. Esse derivativo tem por objetivo minimizar, ou mitigar, o risco da exposição da Companhia ao Câmbio através da substituição do Câmbio pelo CDI. Em março de 2021 a dívida vinculada ao Euro foi liquidada e o *SWAP* desmobilizado. Abaixo a posição no fechamento da operação:

Hedge de valor Justo	Valor Nominal	Taxas	Valor justo	Ganho (perda) na operação - Resultado
Cédula de Crédito Bancário (Item Protegido)	200.000	IPCA	198.240	
Operação de SWAP:	Ponta ativa	IPCA	198.240	(1.760)
	Ponta Passiva	CDI + 1,45%	(200.973)	(973)
Posição líquida SWAP			(2.733)	(2.733)
(+/-) Hedge accounting de valor justo			16.375	16.375

Hedge de valor Justo	Valor Nominal	Taxas	Valor justo	Ganho (perda) na operação - Resultado
Certificados de Recebíveis Imobiliários CRI (Item Protegido)	229.554	IPCA + 4,8444%	230.364	
Operação de SWAP:	Ponta ativa	IPCA + 4,8444%	230.364	810
	Ponta Passiva	CDI + 1,4522%	(231.298)	(1.744)
Posição líquida SWAP			(934)	(934)
(+/-) Hedge accounting de valor justo			869	869

Valor Justo do SWAP	Valor Nominal	Taxas	Valor justo	Ganho (perda) na operação - Resultado
Operação de SWAP:	16.920	DIRR3+Proventos	16.940	
	Ponta ativa	DIRR3+Proventos	16.940	20
	Ponta Passiva	CDI + 1,75%	(16.940)	(20)
Posição líquida SWAP			-	-

Valor Justo do SWAP	Valor Nominal	Taxas	Valor justo	Ganho (perda) na operação - Resultado
Operação de SWAP:	16.920	DIRR3+Proventos	16.940	
	Ponta ativa	DIRR3+Proventos	16.940	20
	Ponta Passiva	CDI + 1,75%	(16.940)	(20)
Posição líquida SWAP			-	-

Valor Justo do SWAP	Valor Nominal	Taxas	Valor justo	Ganho (perda) na operação - Resultado
Operação de SWAP:	16.920	DIRR3+Proventos	16.940	
	Ponta ativa	DIRR3+Proventos	16.940	20
	Ponta Passiva	CDI + 1,75%	(16.940)	(20)
Posição líquida SWAP			-	-

Em março de 2021 a companhia contratou 2 contratos novos de *SWAP* para se proteger da variação da inflação medida pelo IPCA que inside sobre suas

dívidas. Em 31 de dezembro a posição dos contratos de *SWAP* é como segue:

Tipo de operação	Contratação	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nominal	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ganho (perda) na operação - Resultado	Hedge
SWAP (b)	abr/21	IPCA + 4,8444% / CDI + 1,4522%	abr/28	200.000	198.240	200.973	(2.733)	16.375
SWAP (b)	dez/21	IPCA + 4,00% / CDI - 0,8900%	dez/24	229.554	230.364	231.298	(934)	869
SWAP (a)	dez/21	DIRR3+Proventos / CDI + 1,75%	mai/23	16.920	16.940	16.940	-	-
SWAP (a)	dez/21	DIRR3+Proventos / CDI + 1,75%	jun/23	16.920	16.940	16.940	-	-
SWAP (a)	dez/21	DIRR3+Proventos / CDI + 1,75%	jun/23	16.920	16.940	16.940	-	-

(a) Derivativos não designados como instrumentos de hedge: Em dezembro de 2021 a companhia realizou a venda de 4.000.000 (quatro milhões) de ações que eram mantidas em tesouraria pelo valor de R\$50.760. Na mesma data a companhia contratou um *SWAP*, onde se comprometeu a pagar CDI + 1,75% a.a. em troca da variação do preço de suas ações acrescido dos proventos eventualmente pagos no período de vigência do *SWAP*. (b) Derivativos designados como instrumentos de Hedge de Valor Justo: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha contrato de *SWAP* de taxa de juros com o valor nominal de R\$200.000 (não havia saldo em dezembro de 2020), que prevê que a Companhia receba taxas de juros de IPCA+4,8444% a.a. e pague uma taxa de CDI+1,4522% a.a. sobre o valor Nominal. O *Swap* está sendo usado como *hedge* de exposição no valor justo do empréstimo. Há uma relação economia entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, uma vez que o termo de *swap* de taxa de juros corresponde aos termos do empréstimo (ou seja, montante, nominal, prazo e pagamento). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 100% para as relações de *hedge* considerando que o risco do *swap* é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* comas alterações no valor justo do item protegido. A inefetividades do *hedge* pode surgir de: 1) Curva de taxa de juros diferente aplicada para descontar item protegido e o instrumento de *hedge*. 2) Diferenças temporais nos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*. 3) Diferença no Risco de Crédito das contrapartes e os movimentos do valor justo do instrumento de *hedge* e item protegido. **Análise de sensibilidade** - A Companhia e suas controladas devem apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado originado por instrumentos financeiros e considerados relevantes pela Administração, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento de cada período. A exposição se dá apenas com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanto a receita financeira decorrente das aplicações financeiras quanto à despesa financeira decorrente dos empréstimos. Portanto, os instrumentos financeiros ativos da Companhia e suas controladas estão livres de risco relevantes já que eles são remunerados a *spread* fixo e acrescidos da Taxa CDI, ou da TR, ou do IPCA, sendo que para esse último, temos *swaps* de taxas atrelados ao CDI. A Companhia liquidou em março de 2022 seu empréstimo em moeda estrangeira (Euro), no entanto não havia exposição a sua variação cambial (risco de moeda estrangeira) uma vez que a Companhia também possuía um *swap* de taxas atrelado ao CDI, de mesmo vencimento, para sua proteção. Para este último contrato, a Companhia entende que não havia efeito real analisar o risco atrelado à moeda estrangeira e por esse motivo considerava, para a análise de sensibilidade, o contrato de *swap* atrelado ao CDI. Para fazer a análise de sensibilidade, a Companhia se baseou em projeções do mercado financeiro para o ano de 2022, considerando-o como cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os Ativos e Passivos Líquidos. O cenário provável adotado pela Companhia corresponde às projeções apontadas acima, ou seja, à expectativa que o mercado Financeiro possui para o CDI, para o IPCA e para o INCC, sendo que segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade:

Ativos e passivos líquidos (em milhares de reais)	Saldo líquido em 31/12/2021	Queda 50%	Queda 25%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
TR	(23.407)	-	-	-	-	-
CDI	14.823	862	1.293	1.725	2.156	2.587
IPCA	(976.934)	(24.661)	(36.992)	(49.322)	(61.653)	(73.983)
INCC	(1.049.444)	(38.335)	(57.503)	(76.671)	(95.838)	(115.006)
Total	(2.034.962)					
		-50%	-25%		25%	50%

Indexador	Queda 50%	Queda 25%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
CDI	5,82%	8,73%	11,63%	14,54%	17,45%
IPCA	2,52%	3,79%	5,05%	6,31%	7,57%
INCC	3,65%	5,48%	7,31%	9,13%	10,96%

Gerenciamento de riscos do negócio - **Sistema de controle de risco** - Para conseguir administrar de forma eficiente seu risco, a Companhia exerce o controle operacional de todos os empreendimentos em andamento. No modelo de gestão, a Companhia calcula as perdas potenciais em simulações de condições desfavoráveis para cada empreendimento individual e para o conjunto dos projetos como um todo, bem como a exposição máxima de caixa exigida. **Controle da exposição máxima de caixa** - O sistema de controle de risco monitora a necessidade futura de caixa para executar os empreendimentos programados em carteira, baseando-se em estudo de viabilidade econômica de cada empreendimento, bem como na necessidade de fluxos de caixa individuais em relação ao fluxo de caixa projetado do conjunto de empreendimentos como um todo. Essa projeção auxilia na definição da estratégia de financiamento e na tomada de decisões em relação à seleção de empreendimentos. **Gerenciamento de risco de demanda** - Por meio do conhecimento de mercado e com a contribuição de parceiros locais, a Direcional consegue identificar a demanda por novos empreendimentos em diferentes regiões, bem como a faixa de renda dos potenciais compradores a serem atendidos. Os lançamentos são definidos em função do potencial que cada região apresenta para absorver determinada quantidade de imóveis e responder às variações de preço. A Companhia não pretende atuar em mercados em que não existam dados confiáveis disponíveis para análise de potencial de mercado. Desse modo, acredita reduzir o risco de demanda de seus lançamentos. **Riscos operacionais** - O gerenciamento de riscos operacionais é desenvolvido basicamente por meio do acompanhamento permanente do desenvolvimento dos empreendimentos no tocante à execução do cronograma físico-financeiro das obras, em relação ao planejamento inicial da auditoria financeira e contábil, realizada por empresa independente de auditoria, da análise criteriosa de riscos jurídicos e do risco de crédito dos adquirentes de unidades mediante a gestão ativa dos recebíveis dos empreendimentos. **Gestão do capital social** - O risco de gestão do capital advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre a dívida financeira e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Os indicadores chave relacionados a esse objetivo são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e Financiamentos (Nota Explicativa nº 9). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando aperfeiçoar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Companhia inclui dentro da estrutura de Dívida Líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalente de caixa.

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Empréstimos e financiamentos	1.241.402	1.031.168
(-) Caixa e equivalente de caixa	723.954	731.569
(-) Aplicações financeiras	325.206	195.360
(-) Derivativos	(3.668)	7.005
Dívida líquida	195.910	97.234
Pagamento de dividendos	100.147	120.364
Recompra de ações	31.965	20.961
Venda de Ações em Tesouraria	(50.760)	-
Patrimônio líquido	1.458.804	1.339.976
Dívida líquida sobre o patrimônio líquido	13,43%	7,25%

No período findo em 31/12/2021, a Companhia apresentou um consumo de caixa de R\$17.374 ante uma geração de caixa no exercício de 2020 de R\$145.777 (ajustado por derivativos, pagamentos de dividendos e recompra de ações). **Ativos dados em garantia** - Os ativos dados em garantia relativos aos empréstimos e financiamentos estão divulgados nas Notas Explicativas nºs 8 e 9. A Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$16.097 (31 de dezembro de 2020 - R\$15.928) como parte de discussão de seus passivos contingentes.

22. Plano de opção de compra de ações e de incentivo atrelado a ações da Companhia remuneração em opções de compra de ações

Remuneração baseada em ações ("Programa de Matching") - Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 15 de maio de 2015 e 20 de março de 2017 foram aprovados os regulamentos dos Programas 1º e 2º de incentivo atrelado a ações da Direcional Engenharia S.A. ("Programa 1 e Programa 2, respectivamente"), conforme alterado. Os Programas estabelecem as regras e condições para outorga do direito de compra de ações e concessão de ações de incentivo a administradores e empregados da Companhia e/ou das Sociedades de Propósito Específico em que a Companhia tenha participação ("beneficiários"), previamente selecionados pelo Conselho de Administração, com objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar os seus interesses com os da Companhia e de seus acionistas. Para participar do Programa de *Matching* os beneficiários deverão adquirir ações ordinárias da Companhia, em quantidade e prazo definidos individualmente pelo Conselho de Administração. Para cada ação ordinária da Companhia adquirida pelos beneficiários no âmbito do Programa 1 a Companhia outorgará aos beneficiários duas ações ordinárias da Companhia, já no âmbito do Programa 2 a Companhia outorgará aos beneficiários cinco ações ordinárias da Companhia, sendo que a entrega será realizada em lotes de 25% do total de ações ao longo de quatro anos. Para que o Beneficiário faça jus ao recebimento das ações de incentivo ao final de cada Período de Carência ele não poderá ter alienado ou transferido, total ou parcialmente, as ações detidas no âmbito do Programa. Nos casos de desligamento por iniciativa do Beneficiário dos Programas ou desligamento por iniciativa da Companhia por justa causa durante um determinado Período de Carência, o Beneficiário deixará de fazer jus a todas as ações que lhe foram outorgadas em razão dos programas, exceto aquelas que já lhe tenham sido transferidas em razão do término de Períodos de carência anteriores. Nos casos de desligamento por iniciativa da Companhia sem justa causa ou de aposentadoria ao longo de um determinado período de carência, o beneficiário fará jus (i) ao lote de ações que lhe seria transferido ao término do respectivo período de carência de forma proporcional ao número de meses em que o beneficiário manteve a sua relação com a Companhia ao longo do respectivo período de carência; e (ii) a todas as ações que já lhe tenham sido transferidas em razão do término de períodos de carência anteriores. O beneficiário do novo plano, entretanto, não fará jus às ações que lhe seriam transferidas em razão do término dos períodos de carência que se iniciariam após o seu desligamento. Nos casos de desligamento por morte ou aposentadoria por invalidez, o beneficiário aposentado ou seus herdeiros legais, conforme o caso, receberão, independentemente do término dos respectivos períodos de carência, todas as ações aos quais teriam direito em razão dos Programas de *Matching*. Durante o período de 2020, a Companhia concedeu aos beneficiários do plano de remuneração baseado em ações o montante de R\$3.886 correspondente a 663.209 ações. Já durante o período de 2021, a Companhia concedeu aos beneficiários do Plano o montante de R\$4.991, correspondente a 733.489 ações. As quantidades de ações outorgadas, prazos de carência e período, aprovados pelo Conselho de Administração, estão comentados a seguir:

Programa	Ano de outorga	Prazo para transferência das ações	Início	Ações outorgadas (a)	Outorgas ativas	Outorgas não ativas (b)	Outorgas canceladas (c)	Ações transferidas (d)	Outorgas vigentes (a-b-c-d)
1º Matching	2015	4 anos	2017	506.000	444.800	61.200	127.557	317.243	-
1º Matching	2017	4 anos	2018	450.000	363.944	86.056	47.058	311.884	5.002
2º Matching	2017	4 anos	2018	1.760.000	1.760.000	-	100.000	1.660.000	-
2º Matching	2018	4 anos	2019	360.000	360.000	-	-	270.000	90.000
2º Matching	2018	4 anos	2020	170.923	170.923	-	10.768	148.244	11.911
1º Matching	2019	1 anos	2020	13.628	13.628	-	1.286	12.134	208
2º Matching	2019	3 anos	2020	58.985	58.985	-	4.559	50.320	4.106
1º Matching	2019	3 anos	2020	9.662	9.662	-	804	8.648	210
2º Matching	2019	3 anos	2020	52.888	52.780	108	4.620	44.031	4.129
1º Matching	2020	4 anos	2020	60.000	60.000	-	-	15.000	45.000
2º Matching	2020	4 anos	2020	340.000	340.000	-	-	85.000	255.000
1º Matching	2020	4 anos	2020	8.105	8.105	-	106	5.066	2.933
2º Matching	2020	4 anos	2020	55.947	55.947	-	-	34.890	21.057
1º Matching	2020	4 anos	2021	378.000	367.600	10.400	4.400	-	363.200
2º Matching	2021	4 anos	2021	26.804	26.804	-	236	4.144	22.424
2º Matching	2021	4 anos	2021	26.853	26.703	150	-	6.126	20.577
Total				4.277.795	4.119.881	157.914	301.394	2.972.730	845.757



23. Seguros

O grupo adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, está demonstrado a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro de construção (risco engenharia)	Garante, durante o período de construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como: incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local objeto do seguro	4.310.561
Seguro garantia pós entrega	Garante a manutenção e resolução de problemas em obras entregue por até 5 anos, sobre os danos previstos no código do consumidor	88.345
Responsabilidade civil (Obras em construção)	Garante indenizar até o limite máximo da importância segurada, as quantias pelas quais a Companhia vier a ser responsável civilmente relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros	638.364
Seguro infraestrutura	Garantir às Prefeituras a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para ao processos de licenciamento dos empreendimentos em construção	225.514
Seguro empresarial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos no imóvel comercial locado, eventos tais como incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e alagamento, tumultos, greve e lock out, vendaval até fumaça.	58.500
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O)	60.000
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de seguro "Compreensivo de Riscos Cibernéticos"	16.000

24. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa

	Individual	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividade de financiamento				
Financiamento do Direito de Uso	2.512	5.958	2.510	6.933
Aquisições de ações - ações em tesouraria	2.512	3.180	2.510	4.155
	-	2.778	-	2.778
Atividades de investimento	2.842	45.781	2.840	46.867
Venda de participação societária	-	41.623	-	41.623
Correção venda de participação societária	330	963	330	949
Aquisição de imobilizado - arrendamentos	2.512	3.195	2.510	4.295

DIRETORIA

Ricardo Ribeiro Valadares Gontijo – CEO Diretor-Presidente
Guilherme de Rezende Castanheira – Diretor de Engenharia
Rafael Passos Valadares – Diretor de Engenharia Técnica
Henrique de Assunção Paim – Diretor Financeiro
João Adriano Ponciano Nobre – Diretor Comercial
Eduardo Ferreira Quintella – Diretor Comercial
Paulo Henrique Martins de Sousa – Diretor de Relações com Investidores

Contador Responsável
Manoel Rodrigues Neto – CRC/MG 85.100

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Direcional Engenharia S.A. sociedade por ações com sede na Cidade de Belo Horizonte, na Rua dos Otoni, nº 177, CEP 30150-270, inscrita no CNPJ/MF nº 16.614.075/0001-00 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, bem como que as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período encerrado 31 de dezembro 2021 refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira correspondentes ao período apresentado.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Ernst & Young Auditores Independentes não prestou qualquer outro tipo de serviços que não de Auditoria Independente. Assim, no exercício de 2021, foram prestados exclusivamente serviços de auditoria externa independente. A política da Companhia assegura que não haja conflito de interesses, ausência de independência ou objetividade.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

Em conformidade com o artigo 57 do Estatuto Social da Direcional Engenharia S.A., a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (se instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Direcional Engenharia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes (EY) sem ressalvas e sem ajustes até o momento, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Belo Horizonte, 11 de março de 2022.

Bruno Lage de Araújo Paulino Paulo Sávio Bicalho Sérgio de Lisa Figueiredo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Direcional Engenharia S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Direcional Engenharia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Direcional Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2.1.1, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas de unidades imobiliárias não concluídas e de serviços de construção

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 2.1.18, 2.2 (a) e 17, a Companhia e suas controladas reconhecem suas receitas dos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas e as receitas de prestação de serviços de construção utilizando-se do método de Porcentagem de Conclusão - "POC" (Percentage of Completion).

O método POC requer que a diretoria da Companhia estime os custos a incorrer até a conclusão da construção e entrega das chaves das unidades imobiliárias vendidas dos empreendimentos de incorporação imobiliária e de cada etapa dos serviços de construção. A partir daí, com base nos custos incorridos e nas condições contratuais, estima-se o valor justo das receitas de vendas e serviços que serão reconhecidas em cada período, na proporção em relação ao que foi estimado.

Devido à relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na determinação das receitas de vendas e serviços de construção a serem reconhecidas, e o risco de impactos relevantes no resultado de cada período que essas mudanças de estimativas podem trazer, consideramos este assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho dos processos e controles internos chaves relacionados ao reconhecimento da receita de venda de unidades imobiliárias não concluídas e prestação de serviços de construção, que compreendem a elaboração, revisão e aprovação tempestiva dos orçamentos de custos a incorrer, bem como a comparação e teste por amostragem dos custos incorridos, onde foram inspecionados contratos, pagamentos realizados e documentos que corroboravam essas transações. Adicionalmente, envolvemos nossos especialistas em avaliação patrimonial com o objetivo de nos auxiliar na identificação de evidências contrárias à estimativa de custos a incorrer, analisando os estágios de execução de determinadas obras, e verificando se o período previsto para conclusão das mesmas nos respectivos orçamentos da Companhia e suas controladas correspondiam à realidade das operações. Além de confrontarmos os registros auxiliares do POC com os saldos contábeis, considerando os diversos sistemas que suportam essas transações, calculamos de forma independente os valores das receitas de venda de unidades imobiliárias não concluídas e serviços de construção e inspecionamos, por amostragem, os documentos que suportavam as unidades vendidas consideradas no POC.

Efetuamos procedimentos analíticos para avaliar mudanças significativas nas margens e orçamentos dos empreendimentos imobiliários para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao exercício anterior, bem como avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas e sua conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Diretoria relacionadas aos saldos das receitas de venda de unidades imobiliárias não concluídas e prestação de serviços de construção, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas 2.1.18, 2.2 (a) e 17, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão concluídas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 14 de março de 2022.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Rogério Xavier Magalhães
Contador CRC-1MG080613/O-1



DIRECIONAL
Há 41 anos, realizando o sonho da casa própria de milhares de brasileiros.

Transformando vidas,
construindo um futuro melhor.

Apartamentos de
2 e 3 quartos com lazer

Chame a gente
no WhatsApp.



(31) 4020-0400

d i r e c i o n a l . c o m . b r



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA - MG

Pregão Presencial nº 10/2022

Objeto: Contratação de professor e monitor para ministrar aulas de programação e robótica para os alunos do 1º ao 5º ano da rede municipal de ensino de Nova Era, para atender à Secretaria Municipal de Educação. Dia: 29/03/2022, às 13:30 horas. Editais disponíveis no site: www.novaera.mg.gov.br ou no Departamento de Compras: Rua João Pinheiro, 91 – Centro.

Txai Silva Costa – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mecânica elétrica, a fim de atender as necessidades da Frota Municipal em atendimento a Prefeitura Municipal de Carangola/MG. Credenciamento: 29/03/2022, das 14h às 14h e 30min - Abertura: 29/03/2022, às 14:30min - Informações: Pref. Municipal, Praça Cel. Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG - Tel: (32) 3741-9600. Carangola/MG, 14/03/2022 - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro/MG, torna pública que fará realizar licitação exclusiva conforme Art. 48, LC 123/2006, Pregão Presencial nº 11/2022, no dia 28 de março de 2022, às 08horas30minutos, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na R. Jacob Fernandes, 83 - Centro. Constitui objeto do presente termo de Convênio nº 1481001042/2021 SEDESE a contratação de professores e aquisição de materiais para execução de projeto de incentivo ao esporte no município de Santo Antônio do Retiro, por meio do programa de geração de esporte da Subsecretaria de Esporte do Estado de Minas Gerais que consiste no incentivo à prática de atividades físicas, esportes e lazer com foco educacional, por meio de atividades, esportivas, paradesportivas e práticas corporais, visando promover o desenvolvimento e inclusão social dos educandos. Conforme plano de trabalho. Os interessados poderão adquirir o edital no endereço acima mencionado das 08:00 às 11:30 horas ou pelo e-mail licitacao.santoantoniodoretiro@yahoo.com - As alterações, notificações, intimações, resultados, extrato de contrato serão publicados no quadro de avisos da prefeitura - Órgão Oficial de Publicação do Município.

Santo Antônio do Retiro, 14 de março de 2022
Ivo Fernandes Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG

Proc. 6/22 - Inexigibilidade 1/22 - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça, ratifica e homologa a favor de Contass C. Consultoria Ltda-EPP - CNPJ 09.016.362/0001-45 - CTR 12/22 - Vr: R\$ 169.288,32 - Vig: 12 meses - Assina: Ivan F. Oliveira.
Proc. 22/22 - Dispensa 4/22 - Capacitação de servidores lotados no SEMPAC - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça, ratifica e homologa a favor de Bagagem P. Cultural Ltda-ME - CNPJ 40.518.387/0001-97 - CTR 13/22 - Vr: R\$ 2.500,00 - Vig: 90 dias - Assina: Daydson B. Ramos.
Proc. 23/22 - Dispensa 5/22 - Emissão de laudos radiométricos - Sr. Prefeito, Marcelo M. Mendonça, ratifica e homologa a favor de Instituto M.D. Radioproteção Eireli-EPP - CNPJ 02.206.069/0001-00 - CTR 14/22 - Vr: R\$ 2.800,00 - Assina: Reinaldo C. Carvalho - Vig: 31/12/22.
Proc. 49/20 - Dispensa 16/20 - Constr. parque de exposições - CTR 844398/2017/MAPA/Caixa - 5º Aditivo CGTR 32/20 - Retifica public. 13/1/22, p. 4 - Onde se lê 5º aditivo, leia-se 4º aditivo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS
JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2022

A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas/MG, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, faz saber, aos interessados no Processo Licitatório nº 012/2022, na modalidade Tomada de Preços nº 001/2022, cujo objeto em referência é a “Contratação de pessoa jurídica para realização das obras de engenharia pertinentes às Emendas Parlamentares de nº 2764.0010 e 3713.0003, visando à pavimentação asfáltica da Rua Marta Ribeiro Batista de Oliveira, Rua Álvaro Ribeiro de Oliveira, Rua Maria Alacque Batista e Rua Realina de Oliveira Batista, localizadas no Bairro Batista de Oliveira, neste Município de Entre Rios de Minas (MG), em conformidade com as planilhas orçamentárias, cronogramas, projeto, memoriais e desenhos que acompanham o Edital”; que, após as devidas análises e julgamento das propostas de preços, obteve-se a seguinte classificação: 1º Lugar: LOCADORA TERRAMARES LTDA, com o valor global de R\$ 828.911,92 (oitocentos e vinte e oito mil e novecentos e onze reais e noventa e dois centavos); 2º Lugar: PAULO HENRIQUE VIANINI, com o valor global de R\$ 838.935,94 (oitocentos e trinta e oito mil e novecentos e trinta e cinco reais e noventa e quatro centavos). Assim, ficam franqueadas vistas aos interessados e, concede-se o prazo para interposição de recurso acerca desta decisão, contado da lavratura da ata, nos termos do Artigo 109, Inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/1993. Registre-se e publique-se. Entre Rios de Minas (MG), 14 de março de 2022. Raquel Resende Lima - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG

Pregão Presencial nº 024/2022

Torna público edital p/ Reg. Preços eventual aquis. combustíveis, durante viagens a Belo Horizonte(MG). Abertura às 14:30 horas do dia 25/03/2022. Edital/informações: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

PROCESSO N.º 021/2022
PREGÃO ELETRÔNICO
014/2022

Objeto: Prestação de serviços de Inspeção Veicular. Data: 29/03/2022 às 09:00 horas. O Edital se encontra disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.buenopolis.mg.gov.br - Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br / buenopolis@yahoo.com - Equipe Pregão.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

PROCESSO N.º 025/2022 –
CREDENCIAMENTO 001/2022

Objeto: Credenciamento de Pessoa(s) Física(s) e/ou jurídica(s) para prestação de serviços na especialidade de Terapia Ocupacional, para atender ao Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Data: A partir das 09:00 horas do dia 19/04/2022. O Edital se encontra disponível nos sites www.ortaldecompraspublicas.com.br e www.buenopolis.mg.gov.br - Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br / buenopolis@yahoo.com. Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços - nº 175/2021

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preços - nº 175/2021. Objeto: Eventual contratação de empresa especializada na locação de equipamentos para suporte ventilatório e oxigenoterapia para atendimento aos pacientes em tratamento de distúrbios respiratórios do Programa Melhor em Casa, incluindo todos os acessórios e insumos necessários, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos. Data de realização 25/03/2022 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 15 de março de 2022.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

PROCESSO N.º 026/2022 –
PREGÃO ELETRÔNICO
017/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na manutenção e recuperação da torre receptora/repetidora de TV VIA-SATELITE, no município. Data: 13/04/2022 às 09:00 horas. O Edital se encontra disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.buenopolis.mg.gov.br - Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br / buenopolis@yahoo.com - Equipe Pregão.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

PROCESSO N.º 024/2022 –
PREGÃO ELETRÔNICO
016/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total de veículos. Data: 04/04/2022 às 09:00 horas. O Edital se encontra disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.buenopolis.mg.gov.br - Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br / buenopolis@yahoo.com - Equipe Pregão.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

PROCESSO N.º 022/2022
PREGÃO ELETRÔNICO
015/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de Próteses Dentárias. Data: 31/03/2022 às 09:00 horas. O Edital se encontra disponível nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.buenopolis.mg.gov.br - Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br / buenopolis@yahoo.com - Equipe Pregão.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação

Processo nº 039/2022

Pregão Sistema Registro de Preço nº 018/2022

Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais didáticos e de escritório destinados a manutenção das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes a partir das 08:00:00 horas do dia 31/03/2022. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 31/03/2022.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO

ELETRÔNICO Nº 011/2022

Objeto: Registro de preços para aquisição de 01(um) gerador 65KVA/52KW/4CC, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Data: 15/03/2022 às 10:00 horas. O Pregoeiro torna público que decide SUSPENDER o certame referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2022 – Processo 017/2022, para revisão e retificação do Termo de Referência e Edital. A nova data de abertura será divulgada na forma da Lei. Informações: email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br - CPL.

Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG

Tomada de Preços nº 001/2022

Processo nº 017/2022

Objeto: Contratação de pessoa jurídica, com habilidade no ramo de engenharia civil e ou arquitetura, para execução de serviços de reforma da academia de saúde Antônio Borges Monteiro. Sessão de recebimento de propostas e julgamento: 30/03/2022 às 09h00min. Maiores informações: licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2022 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fronteira. CONTRATADA: M.V.L. Construções e Serviços Ltda ME. OBJETO: Contratação de empresa especializada na área da engenharia, para execução de obras na reforma do Prédio Público sito à Rua 18-A nº 130, Vila de Furnas, antigo Clube Recreativo de Fronteira - CREF, nesta Cidade, de acordo com o Projeto Básico. Valor Global R\$ 583.557,91 (quinhentos e oitenta e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos). Prazo: 04 (quatro) meses.

Fronteira, 14 de março de 2022

Sérgio Paulo Campos - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para aquisição de 01 (um) caminhão, 0 KM, 4x2, com potência mínima de 150 cv, peso aproximado de 6.000 kg, equipado com carroceria de madeira e 02 (dois) debulhadores de cereais acopláveis, tudo conforme Termo de Referência, Edital e demais anexos. Credenciamento: 29/03/2022, das 09h às 09h e 30min - Abertura: 29/03/2022, às 09:30min - Informações: Prefeitura Municipal de Carangola, Praça Cel. Maximiano, 88, Centro, Carangola/MG - Tel: (32) 3741-9600. Carangola/MG, 14/03/2022 - Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de São João Batista do Glória/MG - CNPJ nº 18.241.778/0001-58, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 12/2022**, para aquisição de equipamento de fisioterapia, conforme descrito na cláusula 1ª do edital, recebimento das propostas e habilitação exclusivamente pela plataforma digital licitnet até o dia 07/04/2022 às 08h30min e a abertura das propostas e sessão do Pregão Eletrônico para disputa no dia 07/04/2022 às 08h31min, quando o pregoeiro designado dará início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas das Leis 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Decretos Mun. 1.045/06 e demais legislações aplicáveis. Retirada do edital: Local: Dep. de licitação ou por meio do site: www.gloria.mg.gov.br ou licitnet.com.br - Informações pelo telefax: PABX: (35) 3524-0908 - Rafael de Simone e Souza, Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de São João Batista do Glória/MG - CNPJ nº 18.241.778/0001-58, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 07/2022**, para contratação de prestação de serviços de ministrar aulas de dança e de karatê, a serem ofertadas aos usuários do PAIF - Programa de Atenção Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS, com intuito de atender às necessidades deste município, conforme descrito na cláusula 1ª do edital. Os envelopes contendo "Proposta" e "Habilitação" deverão ser protocolados no dep. de licitação até às 09h00m do dia 08/04/2022, sexta-feira, quando o pregoeiro designado dará início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.044/2006 e demais legislações aplicáveis à espécie. Para retirada do edital: Local: Dep. de licitação ou por meio do site: www.gloria.mg.gov.br - Informações pelo telefax: PABX: (35) 3524-0908 - Rafael de Simone e Souza, Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de São João Batista do Glória/MG - CNPJ nº 18.241.778/0001-58, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 13/2022**, para o registro de preços de medicamentos constantes da tabela CMED (Câmara de Regulação ANVISA) com maior percentual de desconto, com intuito de atender às necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social deste município, conforme descrito na cláusula 1ª do edital. Recebimento das propostas até 13/04/2022 às 08h30min e a abertura das propostas e sessão do Pregão Eletrônico para disputa no dia 13/04/2022 às 08h31min, quando o pregoeiro designado dará início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.045/2006 e 1.046/2006 e demais legislações aplicáveis à espécie. Para retirada do edital: Local: Dep. de licitação ou por meio do site: www.gloria.mg.gov.br - Informações pelo telefax: PABX: (35) 3524-0908 - Rafael de Simone e Souza, Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de São João Batista do Glória/MG - CNPJ nº 18.241.778/0001-58, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 10/2022**, para contratação de Leiloeiro Público Oficial, para a realização de Leilão de bens móveis inservíveis do município São João Batista do Glória, com intuito de atender às necessidades deste município, conforme descrito na cláusula 1ª do edital. Os envelopes contendo "Proposta" e "Habilitação" deverão ser protocolados no dep. de licitação até às 14h00m do dia 14/04/2022, quinta-feira, quando o pregoeiro designado dará início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.044/2006 e demais legislações aplicáveis à espécie. Para retirada do edital: Local: Dep. de licitação ou por meio do site: www.gloria.mg.gov.br - Informações pelo telefax: PABX: (35) 3524-0908 - Rafael de Simone e Souza, Pregoeiro.
AVISO DE LICITAÇÃO - O Município de São João Batista do Glória/MG - CNPJ nº 18.241.778/0001-58, torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 14/2022**, para o Registro de Preços de Fritadas Descartáveis, com intuito de atender às necessidades das Secretarias de Saúde e Assistência Social deste município, conforme descrito na cláusula 1ª do Edital. Recebimento das propostas e habilitação deverá ser exclusivamente pela plataforma digital Licitnet até o dia 19/04/2022 às 08h30min e a abertura das propostas e sessão do Pregão Eletrônico para disputa no dia 19/04/2022 às 08h31min, quando o pregoeiro designado dará início aos trabalhos, regendo-se o presente certame pelas normas das Leis Federais nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos Municipais nº 1.045/2006 e 1.046/2006 e demais legislações aplicáveis à espécie. Para retirada do Edital: Local: Dep. de Licitação ou por meio do site: www.gloria.mg.gov.br - Informações pelo telefax: PABX: (35) 3524-0908 - Rafael de Simone e Souza, Pregoeiro.



EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

DATA 1º LEILÃO 30/03/22 ÀS 16H00 - DATA 2º LEILÃO 31/03/22 ÀS 16H00

José Carlos Barbosa, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob o nº 1057, devidamente autorizado na forma da Lei, **FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que, por força do artigo 27 e seguintes da Lei 9.514/97, **LEVARÁ A VENDA EM LEILÃO EXTRAJUDICIAL** (Lei 9.514/97), em decorrência da consolidação da propriedade em favor dos Credores Fiduciários **GERO IMÓVEIS LTDA, inscrito no CNPJ nº: 07.375.902/0001-51 e FLECHE PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - Em Recuperação Judicial, inscrito no CNPJ nº: 09.074.306/0001-67, O IMÓVEL ABAIXO DESCRITO**, objeto do Contrato particular de escritura de compra e venda de imóvel, com pacto de alienação fiduciária em garantia de pagamento e outras avenças celebrado em 30/01/2011, tendo como fiduciários: **GERALDO FERREIRA DINIZ, inscrito no CPF nº 444.592.976-04 e MARIA FRANCISCA BORGES DINIZ, inscrita no CPF nº 909.068.456-53**. Informo as datas, os horários, as avaliações e o local, clientes de que a venda será à vista, e pelas condições a seguir: **LOTE (03) IMÓVEL / DIVINÓPOLIS - MG, TERRENO** situado na Rua Pedro A. Ribeiro, bairro Fábio Notini, composto pelo **LOTE 134 da QUADRA 334**. Loteamento **PORTAL BAIRRO NOVO**. Área de Terreno: 300,00m². Nº de Inscrição 01.045.00334.00134.00000, **Matrícula 104.905 do CRI de Divinópolis-MG**. Obs.: Ocupado (AF). DATAS: 1ª Praça/Leilão Extrajudicial dia 30.03.2022, às 16:00horas, pelo valor de **R\$ 255.046,39**; 2ª Praça/Leilão Extrajudicial dia 31.03.2022, às 16:00horas, pelo valor a partir de **R\$ 181.528,11**, na forma da Lei. **LOCAL DO LEILÃO**: On-line através do site www.leilaovip.com.br. **CONDIÇÕES**: A eventual desocupação do lote é de responsabilidade do arrematante. São ainda de responsabilidade do arrematante eventuais restrições adicionais pelo poder público, legislação aplicável e restrições impostas pela loteadora quanto ao uso e construção nos lotes, cujo desconhecimento das mesmas não poderá ser alegado, assim como ônus e gravames não expressamente previstos neste Edital. Caberá também ao comprador os procedimentos de escrituração, onde o vendedor fornecerá ao mesmo todos os subsídios necessários. O imóvel possui débitos de IPTU e Associação/ Condomínio, ficando de responsabilidade do comprador a apuração e quitação dos débitos sem direito a reembolso. O pagamento será à vista nominal a Credora Fiduciária. A comissão do leiloeiro será de 5% sobre arrematação. Transferência e registro por conta do arrematante. Venda “ad corpus” e no estado de ocupação em que se encontra (art. 30 da Lei 9.514/97), cabendo ao interessado verificar antes de arrematá-lo, com despesas por conta do arrematante. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.As partes, seus cônjuges, usufrutuários, inquilinos, ou senhorios diretos, em havendo, ficam INTIMADOS pelo presente **EDITAL 1º e 2º PRAÇA/LEILÃO EXTRAJUDICIAL**. Mais informações serão obtidas nos dias dos leilões, no site www.leilaovip.com.br ou nos telefones 0800 717 8888 e (11) 3093-5252.



ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

MUNICÍPIO DE MACHADO

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato n.º 082/2021 PRC 287/21

Partes: Município de Machado / Terra e Técnica Eng e Emp Ltda. CNPJ n.º 02.740.940/0001-42. Objeto: Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato. Assinatura: 11/03/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG

6º T. A. - ACRESCIMO DA ROTA 04, 05, 06 e 18 - CONTRATO nº 18/20 - P. A. nº 25/20 - INEX. nº 05/20 - Adesão nº01/20. Contratada: Cooperativa de serviços e transporte do Brasil CSTB. Obj.: prestação de serviço de transporte escolar, através do menor preço por quilometragem diária, nele incluídos todos tributos, encargos, despesas diretas/ indiretas; fornecimento de veículos convencionais e adaptados, com combustível e manutenção corretiva e preventiva inclusa, sendo um condutor e um monitor, quando necessário, em atendimento a solicitação da Sec. Mun. de Educ. Fica repactuados os preços registrados por km diário, a rota 04 R\$ 47.604,876, para a rota 05 R\$ 40.487,293, para a rota 06 R\$41.398,96 e para a rota 18 R\$ 53.222,728, referente a 200 dias letivos, com fulcro no art. 65 inciso I e II, alíneas "b" e "d" da Lei N.º 8.666/93 e as demais inalteradas.
Danilo W. Veloso. Prefeito. 07/02/22.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Espera Feliz/MG, através de sua Pregoeira Oficial, torna a público a abertura do Processo Licitatório nº 0089/2022, Pregão Eletrônico 007/2022, do tipo Aberto. Objeto: Registro de preço para futuras aquisições aquisição de equipamentos e mobiliários para a escola e quadra de esporte na comunidade quice. Recebimento das propostas até o dia 04/04/2022 às 09:00h, abertura das propostas dia 04/04/2022 às 09:15h, início da sessão de disputa dia 04/04/2022 às 09:30h. Endereço da plataforma www.vasistemas.com.br, referência de tempo: horário de Brasília. Informações pelo Site: www.esperafeliz.mg.gov.br; Telefone: (32) 3746-1335; e-mail: compras@esperafeliz.mg.gov.br.
Espera Feliz -MG, 14 de MARÇO de 2022.
Laiza da Silva Rodrigues - Pregoeira Oficial.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Cooperativa dos Produtores Rurais de Dom Silvério Ltda, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, do Estatuto Social, convoca os senhores associados para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 31 (trinta e um) de Março do corrente ano, às 11h00min, no salão de reuniões da Cooperativa, sito à Rua Nossa Senhora da Saúde, nº 38, bairro Centro, nesta cidade de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais, em 1ª (primeira) convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de associados; em 2ª (segunda) convocação, às 12h00min, com a presença da metade mais um dos associados; ou ainda em 3ª (terceira) convocação, às 13h00min, com presença de no mínimo 10 (dez) associados, para deliberarem sobre a seguinte:

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do exercício de 2021;
- 2) Destinação das sobras e perdas do exercício;
- 3) Eleição dos Membros do Conselho Administração 2022/2025;
- 4) Eleição dos Membros do Conselho Fiscal 2022/2023;
- 5) Outros assuntos de interesse da sociedade.

Prazo para Apresentação de Chapa do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO e CONSELHO FISCAL 2022/2025.

Os interessados deverão apresentar a chapa para concorrer a Eleição até o dia 20/03/2022.
Dom Silvério, 16 de Fevereiro de 2022.
Claudio Herminio de Miranda - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

P. Nº 027/2022 PP Nº 17/22. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS. Sessão: 11/04/22 às 09:00 hs. Edital: P.M. de Ibiaí ou por e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com.

Ibiaí, 14/03/2022. Elaine Fernandes-Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

PROCESSO Nº 030/2022 TP Nº 04/22. OBJETO: Contratação de empresa para executar Obra de Pavimentação em CBUQ da Avenida Brasil e na Rua São Francisco. Sessão: 12/04/22 às 09 h. Edital: Prédio da Prefeitura, e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com ou licitacao@ibiai.mg.gov.br, ou pelo site.

Ibiaí, 14/03/22. José Pedro Rodrigues Marçal-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

PROCESSO Nº 028/2022 TP Nº 02/22. OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de Recapeamento Asfáltico de Rua. Sessão: 05/04/2022 às 09 h. Edital: Prédio da Prefeitura, e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com ou licitacao@ibiai.mg.gov.br, ou pelo site.

Ibiaí, 14/03/22. José Pedro Rodrigues Marçal-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

PROCESSO Nº 029/22 TP Nº 03/22. OBJETO: Contratação de empresa para executar obra de Reforma em Posto de Saúde. Sessão: 05/04/22 às 14 h. Edital: Prédio da Prefeitura, e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com ou licitacao@ibiai.mg.gov.br, ou pelo site.

Ibiaí, 14/03/22. José Pedro Rodrigues Marçal-Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº: 014/2022. PROCESSO SEI Nº: 2300.01.0019583/2022-36. O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente de Licitação, às 09:00hs (nove horas) do dia 19/04/2022, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1009, nesta capital, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA para a Estabilização de Encosta instável e Construção de Variante na Rodovia MG-457 , trecho Bom Jardim de Minas - Santa Rita de Jacutinga. A execução dos serviços descritos está restrita ao âmbito de circunscrição da 30ª URG do DER/MG - Juiz de Fora, de acordo com edital e composições de custos unitários constantes do quadro de quantidades, que estarão disponíveis no endereço acima citado e no site www.der.mg.gov.br, a partir do dia 15/03/2022. A entrega dos envelopes de proposta e documentação deverá ser realizada até às 17:00hs (dezessete horas) do dia 18/04/2022 na forma prevista no Edital, no Serviço de Protocolo e Arquivo – SPA do DER/MG. A visita técnica ocorrerá nos dias 24/03/2022 e 25/03/2022, mediante agendamento. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site acima mencionado.



SICOOB LAGOACRED GERAIS

Retificação de Edital de Leilão 005/2021– O Leiloeiro Lucas Rafael Antunes Moreira, JUCEMG 637, torna público que levará a leilão online nos dias 16/11/2021 1ª Praça e 29/03/2022 2ª Praça às 13:00h, 03,00,00 hectares, denominado Fazenda Cachoeira dos Lacerdas na cidade de Santo Antônio do Monte/MG. Matrícula: nº 25.613. Informamos que o imóvel sofreu uma redução de área de 2.02,95ha, a redução foi determinada pela MMª Juíza Lorena Teixeira Vaz Dias, conforme ressal dos autos nº 5001837-67.2021.8.13.0604. O leilão realizar-se-á apenas da área de 03,00,00ha. Informações, fotos e edital no site: www.mgl.com.br ou pelo fone: 0800 242 2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

CHAMADA PÚBLICA 01/2022. Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural, em atendimento ao PNAE da rede de ensino municipal, através de Dispensa de Licitação nos termos do inciso 1º do art. 14 da Lei Fed. 11.947 de 16/07/2009, Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e art. 38 da Lei Federal 8.666/93. Recebimento da documentação e do projeto de venda até as 16:00 do dia 05/04/2.022, no setor de licitações da Prefeitura de Porteirinha. Edital disponível no setor de licitação. Informações (38) 3831-1297.
Porteirinha/MG, 14/03/2022. Juraci Freire Martins – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - EXTRATO DE CONTRATO - Processo Licitatório Nº 014/2022 e Adesão N.º 001/2022. Em cumprimento às disposições do Parágrafo Único, do art. 61, da Lei 8.666/93, torna-se público a síntese do Extrato de Contrato Adm. de Aquisição de Veículo Novo Tipo Ônibus Escolar Acessível Piso Alto ONUREA, tendo em vista o que consta no Processo nº 08084.000594/2021-11 do FNDE / MEC, com dezessete cláusulas, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Jaíba/MG e a empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA, CNPJ/MF 59.104.273/0001-29 de São Bernardo do Campo/SP, no valor de R\$518.600,00 (QUINHENTOS E DEZOITO MIL E SEISCENTOS REAIS); Vigência: 280 Dias; Data do Contrato: 03/02/2022; Assinatura: pela Contratante Reginaldo Antonio da Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESMERALDAS/MG

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 003/2021 - Processo nº 260/2021

Tipo: Menor preço global por lote. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização de vias urbanas, nas ruas Três e Dezoito do bairro Dumaville, no município de Esmeraldas, Minas Gerais, com recursos oriundo dos Convênios firmados com o Ministério das Cidades sob os nº 878817/2018 e 866426/2018. Recebimento dos envelopes até as 09h00m do dia 31/03/2022. Abertura dos envelopes: as 09h05m do dia 31/03/2022. O Edital poderá ser obtido no site www.esmeraldas.mg.gov.br no link >> "Editais e Licitações" ou solicitado pelo Telefone (31) 3538-8885. Interessados em participar da licitação e que não possuírem cadastro junto a Prefeitura de Esmeraldas, deverão apresentar documentos para cadastro até o dia 28/03/2022.
Rodrigo de Castro Durães Aroeira Santos
Presidente da Comissão de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 037/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2022 SRP 009/2022. PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 29/03/2022 as 08:00 h, em sua sede na Avenida João Teixeira Filho, Nº 335, Centro Comunitário - Jaíba/MG. Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço por item, tendo como Objeto a futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de Transportes Rodoviários, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de Jaíba/ MG, Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br, esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações pelo telefone (38) 3833-1590, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis. Jaíba/MG, 14 de março de 2022. Teófilo Gomes Caíres - Pregoeiro Oficial.

MUNICÍPIO DE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 043/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2022 - EDITAL Nº 014/2022

DO OBJETO: Aquisição de um veículo tipo caminhonete picape, zero quilômetro, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação do Município de Machado/MG, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do ANEXO I. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE: Dia 18 de MARÇO de 2022 às 9h00min. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 29 de MARÇO de 2022 às 08h59min. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 29 de MARÇO de 2022 às 09h00min. ABERTURA E DISPUTA DE LANCES: Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão adquirir o edital através do site: <https://transparencia.machado.mg.gov.br/licitacoes>
Juliano Gontijo de Almeida - Pregoeiro

MUNICÍPIO DE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº. 008/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2022 - EDITAL Nº 006/2022

REGISTRO DE PREÇOS

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, que vigorará por 1 (um) ano, para eventual e futura aquisição de materiais de informática, em atendimento às necessidades das diversas Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Machado/MG, cujas especificações encontram-se detalhadas no Termo de Referência, constante do ANEXO I. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE: Dia 18 de MARÇO de 2022 às 9h00min. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia 28 de MARÇO de 2022 às 08h59min. ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS: Dia 28 de MARÇO de 2022 às 09h00min. ABERTURA E DISPUTA DE LANCES: Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão adquirir o edital através do site: <https://transparencia.machado.mg.gov.br/licitacoes>.
Juliano Gontijo de Almeida - Pregoeiro

TJMG - COMARCA DE BELO HORIZONTE - 27ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS

O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Busca e Apreensão nº. 5073588-45.2020.8.13.0024, requerido pelo Autor BANCO BRADESCO S.A., CNPJ 60.746.948/0001.12 contra o Réu MVS INTERMEDIações EIRELI, CNPJ 29.240.899/0001-00. Tal ação tem como objeto a busca e apreensão do veículo MODELO JOURNEY R/T 3.6, MARCA DODGE, COR PRATA, PLACA HUI-5890, ANO 2011/2012, em virtude de um financiamento no valor de R\$ 58.000,00 para ser restituído por meio de 36 prestações mensais, no valor de R\$ 2.444,86, com vencimento final em 25/03/2022, mediante Contrato de Financiamento Nº 4645481621 para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 25/04/2019, tornando-se inadimplente o que ocasionou o ajuizamento da presente ação. No curso do processo, foi o automóvel mencionado apreendido e depositado em mãos de Caroline Rodrigues Soares, CI MG-12.850.126, em 04/05/2020. Entretanto, apesar de o automóvel ter sido buscado, apreendido e depositado nas mãos da referida pessoa, não se logrou êxito em se proceder a citação da parte ré. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar o réu MVS INTERMEDIações EIRELI, CNPJ 29.240.899/0001-00, na pessoa de seu representante legal, para todos os termos e atos da presente ação, e para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação, ou, no prazo de 5 (cinco) dias, sem prejuízo de eventual resposta, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo Autor na petição inicial, hipótese em que o bem lhe será restituído livre de ônus, sob pena de, não optando por uma destas alternativas, ser caracterizada sua revelia. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Adverte-se de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 10 de novembro de 2021. O Dr. João Luiz Nascimento de Oliveira, MM. Juiz de Direito.

MUNICÍPIO DE MACHADO

Extrato do I Termo Aditivo à Ata RP nº 020/2021

Partes: Município de Machado/Nutribody Dietas e Suplementos Alimentares. Valor total do processo: R\$ 16.522,20 (dezesseis mil quinhentos e vinte e dois reais e vinte centavos). Processo licitatório 120/2021 Pregão 033/2021. Objeto: Aquisição de produtos para nutrição enteral, oral, suplementação alimentar e fórmulas infantis para doação a pacientes carentes. Assinatura: 04/03/2022.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Abertura do Pregão Eletrônico RP 033/2022, no dia 29/03/2022 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em fornecimento de refeição para atender ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), Zoonoses, campanhas da Secretaria Municipal de Saúde e as demandas das Secretarias Municipais de Bem Estar Social e Gestão de Lagoa Santa. O edital na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmmnetlicitacoes.com.br
André Luiz Fernandes/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGAO PRESENCIAL SRP nº. 09/2022 – Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos e máquinas da frota do Município, com fornecimento de peças e acessórios originais de primeira linha e serviços de mão de obra, valor hora/homem, do tipo maior desconto percentual (%) por lote sobre o sistema traz valor. Dia da licitação: 25/03/2022 às 08:00hs. Local: Praça Presidente Vargas, 01 – Centro. Edital disponível: www.porteirinha.mg.gov.br. Informações pelo e-mail licitacao@porteirinha.mg.gov.br ou fone (38) 3831-1297.

Porteirinha/MG, 14/03/2022.

Advª Mendes Silva – Pregoeiro.

Méliuz S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 14.110.585/0001-07 - NIRE 3130011265-9

Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas ("Acionistas") da Méliuz S.A. ("Companhia") a se reunirem na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76") e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 481, de 17/12/2009, conforme alterada ("ICVM 481"), no dia 06/04/2022, às 15h, através de plataforma digital indicada no Manual de Participação e Proposta da Administração da Companhia ("Manual" e "Plataforma Digital"), respectivamente, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): (i) Aprovar novo aditamento ao Plano de Remuneração Baseado em Ações ("Plano de Opção") aprovado no dia 01/09/2020 em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, tendo o primeiro aditamento sido aprovado no dia 05/10/2020 em Ata de Assembleia Geral Extraordinária, com o que se pretende por meio do novo aditamento: (a) incluir a cláusula 4.5.1 de modo a permitir a cessão dos direitos e obrigações relativos ao Plano para pessoas jurídicas cujas ações ou quotas sejam 100% (cem por cento) de propriedade do Outorgado; e (b) aprovar a alteração da cláusula 5.1 ("Limite de Ações") do Plano, de modo a aumentar o limite total de 2,5% para 5% do Capital Social da Companhia; (ii) aprovar o Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação de Ações celebrado entre as administrações da Alter Pagamentos S.A. ("Alter") e da Méliuz, que estabelece os termos e condições da incorporação da totalidade das ações de emissão da Alter pela Méliuz ("Protocolo e Justificação" e "Incorporação de Ações", respectivamente); (iii) ratificar a nomeação da Mazars Cabrera Assessoria, Consultoria e Planejamento Empresarial Ltda. (CNPJ/ME 22.356.119/0001-34) ("Avaliadora"), empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Alter e do Méliuz a preços de mercado nos termos e para os fins do artigo 264 da Lei nº 6.404 ("Laudo de Avaliação"); (iv) aprovar o Laudo de Avaliação; (v) aprovar a Incorporação de Ações nos termos do Protocolo e Justificação, com o consequente aumento do capital social da Companhia em R\$ 86.003,33 mediante a emissão de 8.183 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de acordo com os artigos 224, 225, 252 e 264 da Lei nº 6.404. (vi) Aprovar a reforma do Estatuto Social da Companhia para alterar o caput do artigo 5º a fim de contemplar o aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação de Ações. (vii) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir a alteração proposta no item (vi) acima, caso aprovada. **Informações Gerais:** 1. **Documentos à Disposição dos Acionistas.** Os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados ou discutidos na AGE, incluindo este Edital de Convocação, o Manual (o qual inclui informações detalhadas sobre as matérias da Ordem do Dia bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGE), bem como aqueles exigidos nos termos do §6º do artigo 124, do artigo 133 e §3º do artigo 135 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 6º da ICVM 481, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas: (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (ri.meliuz.com.br), (ii) na sua sede social, (iii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br). 2. **Participação dos Acionistas na AGE.** Conforme autorizado pelo §3º do Artigo 21-C da ICVM 481, e, tendo em vista as medidas restritivas impostas pelas autoridades competentes durante a pandemia do COVID-19 (coronavírus), a AGE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual os Acionistas poderão participar da AGE: (a) votando virtualmente, por meio da Plataforma Digital; ou (b) votando a distância, por meio do envio de Boletim de Voto a Distância ("Boletim de Voto"). 3. **Votação a Distância.** Os Acionistas poderão exercer o direito de voto por meio do envio do Boletim de Voto, até 30/03/2022 (inclusive): (i) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (iii) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o Acionista deve observar as regras previstas na ICVM 481 e os procedimentos descritos no Manual. 4. **Participação via Plataforma Digital.** Os Acionistas poderão, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, participar virtualmente da AGE por meio da Plataforma Digital. Nesse caso, o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGE, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (ii) participar e votar na AGE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGE, todas as instruções de voto do referido Acionista recebidas por meio de Boletim de Voto, devem ser desconsideradas. Para participarem virtualmente da AGE por meio da Plataforma Digital, os Acionistas deverão enviar solicitação à Companhia neste sentido, para o endereço eletrônico ri@meliuz.com.br, até 2 dias antes da data de realização da AGE (isto é, até às 15h do dia 04/04/2022). A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do Acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à AGE, incluindo os nomes completos e o CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como os documentos necessários para a sua participação, conforme esclarecimentos no item 5 abaixo. Visando à segurança da AGE, o acesso ao sistema eletrônico será restrito aos Senhores Acionistas da Companhia que se credenciarem no prazo previsto (isto é, até às 15h do dia 04/04/2022), nos termos do Manual. Dessa forma, caso os Senhores Acionistas não enviem a solicitação de cadastramento no prazo acima referido, não será possível que a Companhia garanta a participação de tais acionistas remotamente na AGE. Após recebida a solicitação e verificados, de forma satisfatória, os documentos apresentados, será enviado para o e-mail informado ou, em sua ausência, para o e-mail solicitante, o link e as instruções de acesso à Plataforma Digital, sendo remetido apenas um convite individual por solicitante. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGE com antecedência mínima de 24h da sua realização (ou seja, até às 15h do dia 05/04/2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo e-mail ri@meliuz.com.br, antes das 18h do dia 05/04/2022, a fim de que lhe sejam reenviadas as suas respectivas instruções para acesso. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intranferíveis, e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do Acionista. A Companhia também solicita a tais acionistas que acessem a Plataforma Digital com, no mínimo, 30 minutos de antecedência em relação ao horário previsto para início da AGE, a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem. 5. **Documentos Necessários para a Participação.** Conforme detalhado no Manual, para sua participação, seja pessoal ou por procurador, o Acionista poderá participar diretamente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, sendo que as regras para outorga de procuração encontram-se detalhadas no Manual. Para orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a participação do Acionista (pessoa física, pessoa jurídica e fundos investimento) na AGE, vide o Manual, o qual se encontra disponível (i) na página de Relações com Investidores da Companhia na rede mundial de computadores (ri.meliuz.com.br), bem como na sua sede social, (ii) na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); (iii) na página da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br). 6. **Informações Adicionais.** A Companhia não se responsabiliza por qualquer erro ou problema operacional ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que não esteja sob o controle da Companhia e que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGE por meio da Plataforma Digital. Os Acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio). Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGE. Belo Horizonte, 10/03/2022. **Ofici** Campos Guimarães - Presidente do Conselho de Administração.



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Edital de Leilão 002/2022-Leiloeiro **Fernando C. Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público que levará a leilão online seus bens em 31/03/2022 as 10 horas, através da plataforma www.mgl.com.br.
Locais de Visitação: Rua Idalina Dornas, nº 13, Bairro Universitário, Itaúna/MG. Dias de visitação: 30 de março de 2022, das 08h às 16h. Informações, fotos e edital no site: ou pelo fone: 37-3242-2218.

O Rafael Santa Anna da Silva, responsável pelo empreendimento denominado VT Ambiental Ltda, localizada na Avenida Perimetral, 2431, Distrito Industrial Vale do Jatobá (Barreiro), em Belo Horizonte/MG, torna público que obteve Licença de Operação nº 0047/22, emitida em 17/02/2022, pela Secretária Municipal de Meio Ambiente - SMMA para atividade de tratamento de efluentes industriais; atividades relacionadas a esgoto, exceto gestão de rede; e coleta de resíduos perigosos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAXUPÉ - MG
AVISO DE SESSÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS - TOMADA DE PREÇOS 003/2022 - PROCESSO nº 030/2022. O Município de Guaxupé - MG torna público que realizará no **dia 17 de março de 2022, às 14:00 horas**, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Guaxupé, situada na Av. Conde Ribeiro do Valle, 113 (pavimento superior) - Centro, Guaxupé-MG, sessão pública destinada à abertura e apuração das Propostas Comerciais das empresas participantes da TOMADA DE PREÇOS 003/2022, Processo nº 030/2022, empreitada tipo menor preço global, destinada à **seleção e contratação de empresa na área de engenharia civil e/ou arquitetura para execução de pavimentação asfáltica no bairro Polo da Moda II, no município de Guaxupé/MG.** Caso não ocorra(m) pedido(s) de recurso, será dada continuidade aos procedimentos do certame nessa mesma sessão. Guaxupé, 14 de março de 2022. Rafael Augusto Olinto. Secretário Municipal de Administração.

O **SINTAPPI-MG** - Sindicato dos Trabalhadores Ativos e Aposentados em Empresas de Assessoramento, Pesquisas, Perícias, Informações, Agentes Autônomos do Comércio, Serviços Contábeis, Prestação de Serviços em Recursos Humanos e a Terceiros, Seleção, Recrutamento, Agenciamento e Locação de Mão-de-Obra Temporária, Consultoria, Gerenciamento, no Estado de Minas Gerais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Ficam convocados os empregados da **COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE S/A - URBEL** para **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA** a realizar-se no dia 22 de março de 2022, às 14h em 1ª Convocação e às 14h30 em 2ª convocação, no Auditório da Empresa, situado na Avenida do Contorno, 6664 - Santo Antônio, em Belo Horizonte/MG, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Discussão e aprovação da Pauta de Reivindicações dos empregados a ser encaminhada à URBEL; 2) Outorga de poderes para a Diretoria do Sindicato negociar a Pauta de Reivindicações e celebrar Acordo Coletivo de Trabalho; 3) Aprovação prévia e expressa da Contribuição, a título de Taxa Negocial; 4) Autorização para o Sindicato instaurar Dissídio Coletivo na ocorrência de frustração do processo de negociação; 5) Outras Deliberações Consequentes. Belo Horizonte, 15 de março de 2022.
(a) Antônio Gomes Arcanjo – Presidente

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO – MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATORIO Nº 030/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2022-SRP, torna público o aviso de licitação, objetivando contratação de empresa especializada para o fornecimento de pão de sal (francês) visando atender as necessidades das secretarias municipais, no exercício de 2022. Recebimento da(s) Proposta(s): de 15/03/2022 às 07:00h até 24/03/2022 até 07:45h – Abertura da(s) Proposta(s): 24/03/2022 às 08:15h – Início da Sessão de Disputa de Preços: 24/03/2022 às 08:30h. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site: <http://bbmnetlicitacoes.com.br/>, Portal de Transparência, ou ainda, no Setor de Licitações do município, endereço Rua São Pedro, 518, Centro, Pai Pedro-MG-14/03/2022 – Elieser T. P. Santos-Pregoeiro.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATORIO Nº 031/2022, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2022-SRP, torna público o aviso de licitação, objetivando aquisição de diversos kits (alimentação, higiene pessoal, limpeza, dormitório) e colchoes para serem distribuídos para as famílias afetadas pelas fortes chuvas neste município. Recebimento da(s) Proposta(s): de 15/03/2022 às 07:00h até 24/03/2022 até 08:45h – Abertura da(s) Proposta(s): 24/03/2022 às 09:30h – Início da Sessão de Disputa de Preços: 24/03/2022 às 09:45h. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site: <http://bbmnetlicitacoes.com.br/>, Portal de Transparência, ou ainda, no Setor de Licitações do município, endereço Rua São Pedro, 518, Centro, Pai Pedro-MG-14/03/2022 – Elieser T. P. Santos-Pregoeiro.

A Construtora Novolar S/A., responsável pelo empreendimento denominado “Residencial Novolar Ápia”, um parcelamento do solo vinculado, com posterior implantação de residencial multifamiliar a ser implantado à Rua Boaventura com Aurélio Pires, nº 151, bairro Aeroporto, Regional Pampulha, Belo Horizonte/MG, torna público que protocolizou requerimento de Licença de Operação ao Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMAM.

ADEEL ALIMENTOS S.A.
CNPJ N.: 09.296.491/0001-34 - NIRE: 3130002590-0
Editai de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - O Presidente do Conselho de Administração da **Adeel Alimentos S.A.**, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, Convoca os Srs. Acionistas a comparecerem a **Assembleia Geral Ordinária**, que se realizará, na sede da Companhia, na Rua Padre Zanor, n. 2.500, Bairro Distrito Industrial da BR 262, em Pará de Minas, primeira convocação, as nove (09) horas do dia 18 de abril de 2022, e em segunda convocação, as nove (09) horas e trinta (30) minutos, no mesmo dia e local, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1 - Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1 - Leitura, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. 1.2 - Esclarecimentos sobre os Resultados apurados no Exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Pará de Minas, 10 de Março de 2022. Marcelo Gomes de Araújo - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARAÍBA/MG
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085/2022 - TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022
A Prefeitura Municipal de Japaraíba/MG, torna público para o conhecimento dos interessados, fará a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 004/2022, do tipo MENOR PREÇO, no dia 30 de Março de 2022 às 09:00 horas na sede da Prefeitura situada à Rua Nossa Senhora do Rosário, nº 29, Centro, em Japaraíba/MG, cujo objeto é a “Contratação empresa especializada na prestação de serviços técnicos Profissionais de assessoria e consultoria na área de controle interno, buscando atender aos princípios básicos da administração pública, com o objetivo de corrigir falhas, adequar a gestão pública à execução de suas atribuições de forma eficaz e legal”. Os interessados poderão adquirir o edital completo no endereço acima citado ou obter informações no horário de 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta feira, pelo telefone (37) 3354-1112, ramal 219 ou e-mail: licitacao@japaraiba.mg.gov.br ou pelo site: www.japaraiba.mg.gov.br. Japaraíba, 14 de março de 2022. Dejaíne Aparecida Lopes Silva - Setor de Licitações.

Aviso aos Acionistas
FRIGORÍFICO INDUSTRIAL VALE DO PIRANGA S/A
CNPJ. Nº 00.763.832/0001-60
Encontram-se à disposição dos acionistas, em sua sede social á Rodovia MG 826 Km 2 Ponte Nova/Oratórios, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei 6.404 de 15.12.76, referente ao Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Ponte Nova, MG, 04 de Março de 2022
(a) **A DIRETORIA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARANDIBA/MG
EXTRATO DO DECRETO Nº 4992/2022 – Art.1º. Fica homologado o resultado do Concurso Público promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARANDIBA** e realizado pela empresa **EXAME AUDITORES & CONSULTORES LTDA - EPP**, nos termos do Edital nº 01, de 06 de maio de 2020. **Art.2º.** Fica ressaltado, porém, o prosseguimento da seleção quanto aos candidatos ao cargo de guarda municipal, na forma prevista no item XVI, do Edital nº 01/2020 c/c artigos 17 e 18, da Lei Complementar Municipal nº 69, de 02 de março de 2020 (Curso de Formação Específica Para Guarda Municipal – 4ª etapa do Concurso), cuja etapa, de caráter também eliminatório, será oportunamente aprazada, divulgada e aplicada com posterior divulgação do resultado final dos candidatos. **Art.3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de Itamarandiba-MG, 14 de março de 2022 – Luiz Fernando Alves Prefeito Municipal.

Federação Mineira de Patinagem - FMP
Editai de convocação
Assembleia Geral Extraordinária para Eleição de Presidente e Substituição do Quadro Diretório. A Federação Mineira de Patinagem - FMP inscrita no CNPJ sob o nº 29.761.479/0001-60, através do seu Presidente Eduardo Dias Fontes, convoca por meio do presente Edital todos os membros da diretoria e filiados a FMP para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 23/03/2022, no endereço Rua Anaguari, 489, Barro Preto, Belo Horizonte - MG, com início às 19:00 hrs em primeira convocação e em segunda e última convocação às 20:00 hrs, votação do Presidente e nomeação da Diretoria.



HOJE EM DIA

ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

COMPANHIA MANUFATORA DE TECIDOS DE ALGODÃO CNPJ/MF Nº 19.525.260/0001-09
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão ("Companhia"), em segunda convocação, para se reunirem no dia 16 de março de 2022, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Rua Ondina Carvalheira Peixoto 123, Cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do referido exercício; e (iii) deliberar sobre a composição e remuneração da administração da Companhia. Informações Gerais: Poderão tomar parte na Assembleia Geral as pessoas que comprovarem a sua condição de acionistas, mediante prova de titularidade das ações. Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia a que se refere este Edital deverão ser depositados na sede da Companhia, no endereço acima indicado, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da referida Assembleia Geral. Cataguases, 11 de março de 2022.
Rodrigo Lanna Neto - Diretor Presidente
Companhia Manufatora de Tecidos de Algodão

NÚCLEO DE OFTALMOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA
CNPJ 65.145.377/0001-84
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DIGITAL. Os Diretores do NÚCLEO DE OFTALMOLOGIA ESPECIALIZADA LTDA, Dra. Elanize Natividade Costa, Dr. Igor Ribeiro Frattezi Gonçalves, Dr. Frederico Augusto de Souza Pereira, Dr. Alberto Diniz Filho e Dr. Marcelo de Oliveira Pereira, nos termos da cláusula oitava do Contrato Social, **CONVOCAM** os sócios para a Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia **22 de março de 2022, às 19:00 h, em primeira convocação**, com a participação dos sócios que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (três quartos) do capital social e, em segunda convocação, **às 19:30 h, com qualquer número**, para deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** (i) Prestação de contas 2021; (ii) Cenário financeiro; (iii) Auditoria Fiscal. Nos termos da Instrução Normativa nº 79 de 2020 do DREI, o conclave será realizado no formato digital, através da plataforma Zoom, devendo ser acessada através do seguinte link: <https://us02web.zoom.us/j/83370419264>, que após o aceite dará acesso à sala virtual. Caso os sócios nomeiem procuradores para representá-los no ato, o instrumento de procuração deve ser enviado ao e-mail adm@nucleomg.com.br até 1 (uma) hora antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos, ou seja, **até às 18:00 h do dia 22 de março de 2022.**

LEÓPOLIS PRODUTOS AGRÍCOLAS S/A
Fazenda Cruvinel, s/nº, Zona Rural, São Gotardo/MG
CNPJ: 18.891.318/0001-75 - Inscr. Est. 00222.4546.00-06 - Reg. JUCEMG Nire 3130010544-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 9ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Diretor Presidente da Sociedade Anônima Leopólis Produtos Agrícolas S/A, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o artigo nº 22, bem como observando o artigo nº 29, do Estatuto Social da Companhia, convoca os Senhores e Senhoras Acionistas, para a 9ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada no dia 18 de março de 2022, na Fazenda Cruvinel, s/nº, Zona Rural, no município de São Gotardo/MG, às 17h (dezessete horas), em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social da Companhia e, em segunda convocação, às 17h30min (dezessete horas e trinta minutos), com qualquer número de acionistas presentes, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1 - Apresentação e aprovação das demonstrações contábeis relativas ao ano de 2021; 2 - Aprovação da proposta da Diretoria para a distribuição de dividendos; 3 - Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4 - Fixação dos honorários dos Conselheiros; 5 - Posse dos Conselheiros eleitos; 6 - Confirmação de alienação de ações do acionista Massami Hélio Saito; 7 - Outros assuntos de interesse da Companhia. O acionista que for ausentar-se da Assembleia e desejar ser representado por procurador deverá apresentar procuração pública ou particular com assinatura reconhecida em Cartório, na Sede da Companhia, até 3 dias antes da realização da Assembleia. SÃO GOTARDO/MG, 09 de março de 2022.
SEIJI EDUARDO SEKITA - DIRETOR PRESIDENTE



UBERLÂNDIA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2022
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO GLOBAL"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: contratação de empresa especializada em mão de obra com fornecimento de material, destinada a construção de um escritório com copa para o Arquivo Morto da Secretaria Municipal de Saúde - SMS. em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 30/03/2022, no endereço www.gov.br/compras/pt-br. Uberlândia-MG, 11 de março de 2022.Sueli Aparecida Silva.Diretora de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2022
CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará a licitação supramencionada - Objeto: Ata de registro de preços para futura e eventual aquisição de bolsa de lona com alça, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas, estará aberta até as 09:00 horas do dia 30/03/2022, no endereço www.gov.b/compras/pt-br Uberlândia-MG, 11 de março de 2022.Sueli Aparecida Silva.Diretora de Compras

SELEÇÃO DE

PACIENTES

ODONTOLÓGICOS EM NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO

- Endodontia (canal)
- Ortodontia (aparelhos)
- Implantodontia (implantes)

Rua dos Pampas, 484 (Prado) - BH/MG

(31) 3236-8125 / (31) 989-799-512

posodontologiaprado@funorte.edu.br



PÓS-GRADUAÇÃO
FUNORTE
BELO HORIZONTE



Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador> e utilize o código 8B3B-AB2B-2E68-4187.